

# RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2016



LISNAVE | ESTALEIROS NAVAIS, S.A.
Capital Social: 5 000 000 Euros
Sede Social: Mitrena – 2910-738 Setúbal
Conservatória do Registo Comercial de Setúbal

Matrícula N.º 503 847 151 Pessoa Colectiva N.º 503 847 151

# RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2016



LISNAVE | ESTALEIROS NAVAIS, S.A.

Relatório de Gestão e Contas 2016

#### Design de Comunicação e Produção

**DD**LX [www.ddlx.pt]

Direcção de Arte **José Teófilo Duarte** 

Design e Paginação **Eva Monteiro | João Silva | Lília Correia** 

Impressão e Acabamento

Greca – Artes Gráficas

Março 2017

# ÍNDICE

Membros dos Órgãos Sociais	7
Convocatória da Assembleia Geral Anual de Accionistas	9
Relatório do Conselho de Administração	13
▶ 1 Introdução	13
▶ 2 Considerações Gerais sobre o Mercado	17
▶ 3 Actividade de Reparação/Manutenção Naval	22
▶ 4 Investimentos/Outros	24
▶ 5 Recursos Humanos	26
▶ 6 Situação Económica e Financeira	30
▶ 7 Perspectivas de Actividade para 2017	39
▶ 8 Proposta de Aplicação de Resultados	41
▶ 9 Referências Finais	41
Balanço	46
Demonstração de Capital Próprio	48
Demonstração de Resultados	49
Demonstração dos Fluxos de Caixa	50
Anexo	51
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	92
Certificação Legal das Contas	94
Delegações e Representações	97

# MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS MANDATO: QUADRIÉNIO 2013-2016

Mesa da Assembleia Geral Presidente:

Dr. Luís Miguel Nogueira Freire Cortes Martins

**Vice-Presidente:** 

Dr. Carlos Fernando Soares Pinheiro

Secretário:

Dr. Manuel Joaquim Rodrigues

Conselho de Administração Presidente:

Eng. José António Leite Mendes Rodrigues

Vogais:

Dr. Nelson Nunes Rodrigues

Dr. Aloísio Fernando Macedo da Fonseca

Eng. Frederico José Ferreira de Mesquita Spranger

Eng. Peter Luijckx

Dr. João Rui Carvalho dos Santos Eng. Manuel Serpa Leitão

Comissão Executiva Presidente:

Eng. Frederico José Ferreira de Mesquita Spranger

Vogais:

Eng. Peter Luijckx

Dr. João Rui Carvalho dos Santos

**Conselho Fiscal** Presidente:

Sr. Francisco José da Silva

Vogais:

Dra. Maria Isabel Louro Caria Alcobia RSM & ASSOCIADOS – SROC, LDA

- representado por Joaquim Patrício da Silva (Roc nº 320)

**Suplente:** 

Dr. José Carlos Nogueira Faria Matos – ROC

**Secretário da Sociedade** Dr. Carlos Fernando Soares Pinheiro

**Comissão de Vencimentos** Presidente:

Dr. Luís Miguel Nogueira Freire Cortes Martins

Secretário:

Dr. Walter Klausmann

# **ESTRUTURA DA EMPRESA**

onselho de Administração	
Comissão Executiva	

#### **ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE ACCIONISTAS**

#### Convocatória

Nos termos da Lei e do Contrato de Sociedade, é convocada a Assembleia Geral Anual de Accionistas da Lisnave, Estaleiros Navais, S.A., para reunir, no dia 23 de Março de 2017, pelas 11:00 Horas, na Sede da Sociedade, no Estaleiro da Mitrena, Setúbal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1º Deliberar sobre o Relatório De Gestão e Contas do Exercício de 2016;
- 2º Deliberar sobre o Relatório do Conselho Fiscal;
- 3º Deliberar sobre a Proposta de Aplicação de Resultados;
- 4º Proceder à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade;
- 5º Proceder à eleição dos Membros dos Órgãos Sociais para o Quadriénio 2017 2020.

No prazo legal, ficam à disposição dos Senhores Accionistas, na Sede da Sociedade e no respectivo Sitio na Internet, os elementos constantes do artigo 289º do Código das Sociedades Comerciais e os respeitantes aos pontos que constituem a Ordem de Trabalhos.

Nos termos da Lei e do Contrato Social a Assembleia Geral é constituída pelos Accionistas com direito a voto que possuam, pelo menos, cem Acções devidamente registadas em seu nome até dez dias antes da data da Assembleia Geral. A cada cem Acções corresponderá um voto.

Para o efeito, os Senhores Accionistas que queiram estar presentes naquela Assembleia deverão informar o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, por carta, com assinatura reconhecida notarialmente, ou certificada pela Sociedade, devendo neste caso solicitar às instituições financeiras onde se encontram registadas as Acções que comuniquem ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral a existência de tal registo, até cinco dias úteis antes da data da Assembleia Geral.

A Assembleia Geral só poderá reunir, em primeira Convocatória, estando presentes ou representados Accionistas representantes de, pelo menos, cinquenta por cento do Capital Social.

Não poderão assistir à Assembleia Geral os Accionistas que não tenham direito a voto.



# RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

#### 1 Introdução

A LISNAVE, ESTALEIROS NAVAIS, S.A., enfrentou no ano de 2016, mais uma difícil situação de mercado, decorrente do facto de a sua actividade continuar muito condicionada pelos efeitos, no sector, da crise de crescimento da economia mundial

Naquele que passa a constituir-se como o Exercício com mercado mais difícil da história da Empresa, a procura, medida em número de consultas, atingiu o nível mais baixo de sempre, com apenas 407 consultas recebidas, tendo o índice de sucesso comercial baixado quatro pontos percentuais, relativamente ao ano anterior.

A adversidade, resultante do efeito conjugado da situação antes descrita, não permitiu que fossem atingidos os objectivos de actividade assumidos no Orçamento de 2016. Contudo, apesar de considerar insatisfatório o nível de actividade conseguido, o Conselho de Administração, ponderados os Resultados económicos obtidos, considera o desempenho global como bastante positivo.

Este nível de desempenho, confirma, uma vez mais, o acerto das opções estratégicas oportunamente definidas, que demonstram que a LISNAVE se encontra mais preparada para enfrentar os desafios, cada vez mais acentuados, do mercado muito concorrencial em que desenvolve a sua actividade.

O Conselho de Administração, antes da análise habitual ao Exercício, pretende, dada a importância dos indicadores de actividade acumulados, quer em termos regionais, quer sobretudo a nível nacional, evidenciar que a LISNAVE, no período que decorre desde o início do Plano de Reestruturação, segundo semestre de 1997, até ao final do

presente Exercício, procedeu à reparação/manutenção de 2.313 navios, provenientes de mais de 50 países de todo o mundo, a qual se traduziu em Vendas de 2,08 mil milhões de Euros, que incluem uns muito expressivos 1,96 mil milhões, para exportação.

Esta actividade permitiu assegurar, o pagamento de Salários globais equivalentes a 1.184 milhões de Euros e entregas ao Estado, em contribuições para a Segurança Social, IRS e Impostos, de cerca de 210,9 milhões de Euros.

#### O Exercício de 2016

A LISNAVE, como já foi referido, enfrentou, no ano de 2016, condições de mercado particularmente adversas, mas conseguiu atingir um nível de desempenho globalmente positivo.

A intensa actividade comercial desenvolvida e o nível significativo do designado "Repeated Business", não foram suficientes para compensar o efeito da degradação do mercado, tendo a Lisnave procedido à reparação/manutenção de apenas 67 navios.

O conteúdo médio de trabalhos por navio, nas reparações de rotina, dado que os Armadores continuam a confrontar-se com baixa rentabilidade da sua actividade, uma vez que os custos de exploração dos navios são muito elevados para o nível dos preços de venda dos seus serviços, continuou em níveis muito baixos. No entanto, a factura média, em resultado da grande dimensão de alguns dos trabalhos efectuados, fixou-se nos 1.429 milhares de Euros, acima dos 1.057 mil Euros do Exercício anterior.

De entre as razões que justificam a baixa rentabilidade da exploração dos Armadores, sobressai o valor das taxas de frete médias diárias, que - em consequência da menor necessidade de transporte marítimo, resultante do fraco crescimento da economia mundial, por um lado, e por outro, do crescimento da oferta resultante da grande quantidade de navios novos que continuam, ano após ano, a entrar em operação - se manteve, em níveis muito baixos, particularmente no que respeita aos navios transportadores de graneis sólidos que, pelo oitavo ano consecutivo, se situa em níveis extremamente baixos.

Efectivamente, como se pode verificar nos quadros do capítulo 2, os valores médios diários da taxa de frete de um Petroleiro "Suezmax Moderno", que no ano anterior tinham atingido o valor de 35,9 mil Dólares diários, inverteram a tendência de crescimento verificada desde 2013 e fixaram-se em cerca de 27,3 mil Dólares, menos 8,6 mil Dólares por dia, valor que representa, apenas, cerca de 57% da taxa média diária de 47,5 mil Dólares, do mesmo afretamento, no ano de 2008.

Evolução ainda mais negativa registou a taxa dum Graneleiro "Capesize", com os valores médios anuais a situarem-se nos 8,2 mil Dólares diários, 3 mil Dólares menos do que em 2015, que representam, apenas, cerca de 41% das taxas médias de 2014 ou, mais significativamente, ainda, uns inimagináveis cerca de 8% dos mais de 100 mil Dólares por dia, que estes navios conseguiram obter nos anos de 2007 e 2008.

Neste contexto depressivo, a LISNAVE concluiu o Exercício de 2016 com um volume de Vendas de Reparação Naval de 95,7 milhões de Euros, menos 17,4 milhões do que em 2015.

O total dos Rendimentos de Exploração fixou-se em 104 milhões de Euros, isto é, cerca de 12 milhões de Euros menos do que no ano de 2015, com o total dos Gastos de Exploração a registar um decréscimo de apenas cerca de 2,5 milhões.

Em consequência, os Resultados Líquidos do Exercício tiveram um agravamento, fixando-se em 6,7 milhões de Euros positivos.

A Situação Líquida fixou-se em 35,49 milhões de Euros, valor que apesar da redução verificada, é 7 vezes superior ao valor do Capital Social.

Sob o ponto de vista de "Exportação", uma das principais "marcas" da sua relevância, a LISNAVE manteve as suas tradicionais características de Empresa fortemente exportadora, tendo vendido para o mercado externo 99,9 milhões de Euros de serviços de Manutenção e Reparação naval, tendo procedido, apenas, à reparação de um navio de pavilhão nacional.

Do ponto de vista do "Emprego", a LISNAVE manteve, igualmente, o seu habitual elevado nível de empregabilidade, embora ligeiramente inferior ao verificado no ano anterior, ao qual corresponderam encargos de 56,4 milhões de Euros, o que corresponde ao "emprego equivalente" médio de mais de 2 mil pessoas por dia.

De realçar, ainda, que o Exercício foi concluído sem dívidas vencidas, quer aos Trabalhadores, quer ao Estado, ao qual foram entregues em IRS, Contribuições para a Segurança Social e Impostos, cerca de 14,7 milhões de Euros.

No que respeita a Imobilizado, o montante de Investimentos realizados no Exercício ascendeu a 517 mil Euros. De evidenciar, entretanto, que o montante total de Investimentos realizados, desde o Exercício de 2000, ascende globalmente a quase 33,4 milhões de Euros.

De notar, por outro lado, o valor muito significativo de custos incorridos pela LISNAVE, com grandes reparações de infra-estruturas e equipamentos, que ultrapassaram os 2,1 milhões de Euros no Exercício.

Ainda no capítulo de Investimentos, embora, neste caso, sob responsabilidade da Concessionária, LISNAVE INFRAESTRUTURAS NAVAIS, são de referir os Investimentos relacionados com a manutenção das condições de operacionalidade do Estaleiro, totalizando, no Exercício, cerca de 180 mil Euros. De notar que estes Investimentos com a Reabilitação do Estaleiro, iniciados no ano de 2008 e onde assume particular destaque a reparação estrutural da Doca 20, totalizam já 18,95 milhões de Euros.

No capítulo dos Recursos Humanos e dada a importância de que se reveste, particularmente nos tempos austeros que se vivem, é de referir que, na sequência da correspondente aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas, foi atribuída, em Abril passado, à generalidade dos Trabalhadores da Empresa, uma Gratificação de Balanço, no montante global de 1 milhão e 500 mil Euros.

De destacar, ainda, no que respeita à estratégia de Recursos Humanos, a deliberação do Conselho de Administração de prosseguir com a promoção de acções de Formação de jovens, na sequência da qual foram realizadas 4 acções na área da metalomecânica e uma acção específica para Técnicos de Prevenção e Segurança, num total de cerca de 26,7 mil horas de formação e que abrangeram, no conjunto, 51 formandos, de entre os quais vieram a ser seleccionados para celebrar contratos de trabalho com a LISNAVEYARDS, no decurso do Exercício, 46 Jovens operários, 4 Técnicos de Prevenção e Segurança e 2 Jovens Engenheiros com formação Superior em Segurança e Higiene no Trabalho.

Para além destes, foram ainda recrutados, no âmbito da política de rejuvenescimento, mais 9 jovens Engenheiros.

Recorde-se, neste contexto, como o Conselho de Administração tem vindo a referir, que a LISNAVE, dada a indisponibilidade dos Representantes dos Trabalhadores para a celebração de um Instrumento de Regulamentação

Colectiva de Trabalho adequado às características desta actividade, deliberou, oportunamente, redireccionar a sua política de gestão estratégica de Recursos Humanos, a qual passou a contar com a colaboração estreita da LISNAVEYARDS.

Esta Empresa, cujo objecto social é semelhante ao da LISNAVE, iniciou, como é sabido, a sua actividade de Prestação de Serviços em Fevereiro de 2009, tendo ao seu serviço, à data de 31 de Dezembro, 254 Trabalhadores, a grande maioria dos quais, 185 Trabalhadores Directos.

Prosseguindo a sua postura relativa à Responsabilidade Social, a LISNAVE continuou com a sua Política de apoios, associando-se a diversas entidades e organizações, com incidência prioritária na área social, através da concessão de donativos, que ascenderam, no Exercício, ao montante de 216 mil Euros.

A LISNAVE manteve a Certificação de Qualidade, tendo implementado, com sucesso, a Norma ISO 9001:2015 e também a Certificação Ambiental, estando em curso o processo de transição para a implementação da Norma ISO 14001:2015. Manteve, igualmente, o Certificado de Protecção do Código Internacional de Segurança de Navios e Instalações Portuárias – ISPS.

A Estrutura Accionista era, em 31 de Dezembro de 2016, a seguinte:

Navivessel, Estudos e Projectos Navais, S.A.	72,83%
Thyssenkrupp Industrial Solutions AG	20,00%
Parpública, S.A.	2,97%
Outros Accionistas	4,20%

O Conselho de Administração, a concluir a apreciação geral do Exercício, deseja manifestar a sua satisfação pelo facto de ter sido possível, na sequência da competente



aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas, proceder, uma vez mais e pelo décimo segundo ano consecutivo, à remuneração dos capitais investidos pelos mais de 200 Accionistas da Empresa.

#### Perspectivas para o Exercício de 2017

Como se poderá ver mais detalhadamente no capítulo 7 adiante, não se apresentam favoráveis as perspectivas para o desenvolvimento próximo da actividade.

Com efeito, as reduzidas espectativas de crescimento, quer da economia mundial, quer do comércio mundial não antecipam evolução positiva relevante a nível da procura de transporte marítimo.

Efectivamente, mesmo que prosseguiam os ajustamentos ao desequilíbrio da frota mundial e as medidas proteccionistas que tem vindo a ser anunciadas por alguns países, mormente por parte doa EUA, não tenham consequências relevantes a nível da taxa de 2,7% prevista para cresci-

mento da economia mundial, não é de esperar que os Armadores, em função da reduzida rentabilidade dos seus negócios nos últimos sete anos, deixem de se ver obrigados a manter uma postura de elevada contenção com os orçamentos para manutenção dos seus navios, situação que, a verificar-se, vai continuar a manter o mercado de Reparação Naval vendedor e, desta forma, manter um elevado nível de agressividade de concorrência.

O Conselho de Administração, contudo, suportado nos níveis de desempenho que a Empresa tem vindo a conseguir e no elevado nível de qualidade, responsabilidade e envolvimento, que a Gestão e os restantes Colaboradores, a todos os níveis, têm vindo a demonstrar ao longo dos últimos anos, manifesta aos Senhores Accionistas, se não se verificarem perturbações de outra natureza, o seu sentimento de moderada expectativa, relativamente às perspectivas de estabilização da actividade da LISNAVE para o Ano Económico de 2017, em níveis próximos do que se verificou no Exercício em análise.



# 2 | Considerações Gerais sobre o Mercado

# Conjuntura

A incerteza política, o investimento moderado e uma taxa de crescimento do comércio mundial próxima da estagnação, caracterizaram mais um ano de dificuldades para a economia mundial.

Segundo a estimativa da Organização das Nações Unidas, no seu relatório – "World Economic Situation and prospects 2017", a taxa de crescimento da economia mundial foi de 2,2% no ano de 2016, a mais baixa taxa de crescimento desde a grande recessão do ano de 2009. Esta taxa de crescimento corresponde a uma redução de 0,3 pontos percentuais em relação à taxa de crescimento do ano de 2015.



A desaceleração da taxa de crescimento da economia dos Estados Unidos da América, que passou de 2,6% no ano de 2015 para 1,5% no ano de 2016 — uma redução de 1,1 pontos percentuais em relação ao ano de 2015 e, ainda que em menor grau, a desaceleração do crescimento em mais algumas das maiores economias mundiais, fez com que se estime que a taxa de crescimento das economias desenvolvidas tenha reduzido 0,6 pontos percentuais no ano de 2016, atingido o valor de 1,5%.

A taxa de crescimento da economia da zona Euro reduziu de 1,9% no ano de 2015 para 1,6% no ano de 2016, fruto da redução tanto da procura interna como das exportações.

No Japão, embora o consumo privado tenha registado alguma melhoria depois de dois anos de contracção, resultado das fracas taxas de crescimento do investimento e das exportações, estima-se que, a taxa de crescimento da sua economia tenha reduzido 0,1 pontos percentuais em relação ao ano de 2015, atingindo os 0,5% no ano de 2016.

A mudança estrutural da economia Chinesa iniciada no ano de 2012 continua, estimando-se que a sua taxa de crescimento tenha desacelerado ligeiramente, atingido os 6,6% uma redução de 0,3 pontos percentuais em relação ao ano de 2015.

Estima-se, ainda, que a Índia tenha crescido 7,6%, durante o ano de 2016, uma subida de 0,3 pontos percentuais em relação ao ano de 2015.

As economias da América Latina e Caraíbas, no seu conjunto, estima-se que tenham contraído 1,0% em relação ao ano de 2015, ano em que já tinham contraído 0,6%, tendo a economia Brasileira contraído 3,2%.

No seu conjunto, no ano de 2016, a economia dos países em desenvolvimento estima-se que tenha crescido 3.6%, menos 0,2 pontos percentuais que no ano de 2015.

A taxa de crescimento do comércio mundial, resultado das fracas importações das economias desenvolvidas, associadas ao incremento de medidas de proteccionismo implementadas por algumas economias, estima-se que tenha sido de 1,2%, o valor mais baixo desde a grande recessão de 2009.

#### Evolução da Frota Mercante Mundial e Taxas de Frete

Segundo a "Clarkson Research", a frota de petroleiros acima de 10.000 Toneladas de Porte Bruto (TPB), cresceu durante o ano de 2016 cerca de 4,7% em número de navios, depois de no ano de 2015 ter crescido cerca de 2,8%. No fim do ano de 2016, esta frota tinha atingido os 554,6 milhões de TPB, a que correspondeu um crescimento de 5,9% em relação ao final do ano de 2015, ano em que tinha crescido 3,1%.

Em termos de novas construções, foram entregues 331 navios com uma capacidade total de transporte de cerca de 32,9 milhões de TPB, correspondendo a cerca de 5,9% da actual capacidade desta frota.

No que a demolições se refere, foram vendidos para abate 41 navios, com uma capacidade de 2,6 milhões de TPB correspondentes a 0,5% da capacidade da frota actual.

Com base na mesma fonte, a frota de graneleiros, no ano de 2016, teve um crescimento de 1,9% em número de navios e de 2,2% em TPB, atingindo no final do ano os 794,0 milhões de TPB, tendo sido entregues 564 navios com uma capacidade de cerca de 47,2 milhões de TPB o que corresponde a cerca de 5,9% da capacidade actual desta frota. Neste mesmo período foram vendidos para abate, 404 navios com uma capacidade de 29,1 milhões de TPB correspondentes a cerca de 3,7% da capacidade actual desta frota.

O valor do aço vendido para demolição, que no mercado Indiano durante o ano de 2015, tinha decrescido em média de cerca de 34,0% em relação ao ano de 2014, atingindo os 290 dólares dos EUA por tonelada para os petroleiros e os 282 dólares por tonelada para os graneleiros, no ano de 2016, estabilizou nos 290 dólares dos EUA para ambos os tipos de navio.

No fim do ano de 2016, na frota de petroleiros, a carteira de encomendas de navios novos, era de 721 navios com uma capacidade de transporte de 75,8 milhões de TPB, ou seja, uma tonelagem correspondente a 13,7% da tonelagem da frota actual. Destes 75,8 milhões, 47,0 milhões – correspondentes a 8,5% da frota actual – têm data prevista de entrega durante o ano de 2017.

Na frota de graneleiros, a carteira de encomenda de navios novos era composta por 954 navios, com uma capacidade de transporte de 85,6 milhões de TPB o que corresponde a 10,8% da frota actual, tendo 58,1 milhões, ou seja, 7,3% da frota actual, entrega prevista para o ano de 2017.

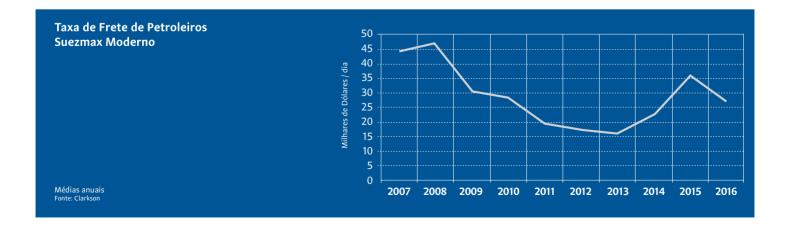
Estima-se que a procura de transporte marítimo mundial tenha crescido cerca de 2,6%, com o transporte de granéis líquidos a crescer cerca de 4,1% e o transporte de granéis sólidos a crescer cerca de 1,3%. Como consequência, o crescimento da oferta foi superior ao crescimento da



procura em ambos os mercados de transporte, tendo no mercado de transporte de granéis líquidos sido superior em 1,8 pontos percentuais e no mercado de transporte de granéis sólidos superior em 0,9 pontos percentuais.

Como resultado da oferta de transporte ser superior à procura, as taxas de frete da frota de granéis líquidos que

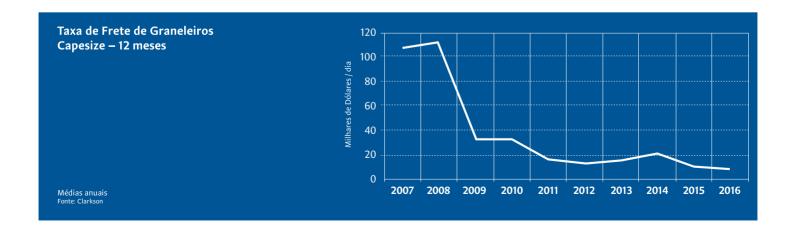
no ano de 2014 tinham recuperado a tendência de crescimento, verificaram, no ano de 2016, acentuada inversão dessa tendência, atingindo no caso dos Suezmax Modernos, a taxa média no afretamento a prazo de um ano, cerca de 27.300 dólares dos EUA por dia, uma redução de cerca de 24% em relação ao valor médio de 2015.





No caso da frota de granéis sólidos, no início do ano de 2016 foram quebrados em baixa, todos os records de taxas de frete, o que fez com que a demolição de navios neste segmento de mercado se mantivesse num nível elevado. Com o decorrer do ano, verificou-se que as importações da China estavam a ter um comportamento

melhor do que o esperado o que fez com que a tendência decrescente das taxas de frete se invertesse e atingisse, no caso dos Capesize, com afretamento a um ano, valores médios de cerca de 8.200 dólares dos EUA por dia, ainda assim, um decréscimo de cerca de 26% em relação aos valores médios do ano de 2015.





#### 3 | Actividade de Reparação/Manutenção Naval

#### Procura

Consequência do facto do crescimento da procura de transporte de granéis líquidos ter sido inferior ao crescimento da oferta, os preços de novas construções desta frota decresceram cerca de 10% e, no mercado de venda de navios em segunda mão, o valor dos navios com cinco anos de idade, decresceu cerca de 30% em relação ao ano de 2015.

Esta desvalorização de activos, associada à descida significativa das taxas de frete, fez com que os Armadores procurassem adiar a reparação das suas frotas.

No caso da frota de granéis sólidos, apesar da continuação da venda de um elevado número de navios para a sucata – 28,9 milhões de TPB em 2016 – e da diminuição das encomendas de novas construções, o valor dos navios, tanto os novos como aqueles com cinco anos de idade no mercado de segunda mão, sofreu ainda uma ligeira descida, o que fez com que, também neste segmento de mercado, os Armadores procurassem adiar a manutenção das suas frotas.

Consequência do exposto, a procura de reparação naval para a LISNAVE, cujo mercado é mundial, medida em número de consultas, sofreu uma redução de cerca de 26% em relação ao ano de 2015. As negociações destas consultas geraram 71 encomendas, menos cerca de 28% do que no ano de 2015, tendo a percentagem de sucesso descido de 21% para 17%.

Rubricas	2016	2015	2014	2013	2012
	:	:	:	:	
Consultas	407	549	507	524	483
Encomendas	71	115	90	113	96
Taxa de Sucesso Comercial	17	21	18	22	20

#### Actividade Desenvolvida

Durante o ano de 2016, terminaram a reparação/manutenção 67 navios, 64 dos quais em doca. Consequência do forte aumento de actividade no segmento das "grandes reparações", o segmento das reparações de rotina, sofreu, em termos globais, uma redução, apesar do aumento do conteúdo de trabalho médio por reparação.

No segmento de "grandes reparações", destaca-se a finalização da reparação de um navio petroleiro que tinha encalhado na baía de Cascais no último trimestre de 2015, onde foram incorporadas cerca de 1.500 toneladas de aço.

Neste mesmo segmento e no seguimento do que já tinha acontecido nos anos de 2014 e 2015, foram ainda objecto de reparação/manutenção, dois navios tanques, de um total de quatro de um Armador Venezuelano, onde foi feita a revisão geral de todos os sistemas.

Como nos anos anteriores, a actividade da LISNAVE centrou-se nos seus segmentos de mercado tradicionais – navios de transporte de granéis líquidos e sólidos – constituindo estes, em número, cerca de 80% da actividade, sendo de realçar a penetração noutros segmentos de mercado, tais como o de navios porta-contentores com 9% dos navios reparados.

Anos	Nacional	Estrangeiro	Total	Em Doca
2016	1	66	67	64
2015	1	106	107	105
2014	1	91	92	91
2013	1	106	107	103
2012	0	101	101	94

Dada a globalização do mercado da LISNAVE, os navios reparados durante o ano de 2016, foram originários de 39



Clientes localizados em 17 países, sendo os mercados de maior significado, em termos de número de navios reparados, a Grécia com 12 navios, Singapura com 11 navios e a Alemanha com 6 navios.

#### 4 | Investimentos/Outros

A LISNAVE, dando continuidade à sua politica de investimentos e renovação de infraestruturas, com o objectivo de garantir a manutenção das necessárias condições de operacionalidade do Estaleiro tem, à semelhança dos anos anteriores, assegurado o investimento, quer em novos meios, quer em grandes reparações em infraestruturas e equipamentos existentes, tendo realizado, no Exercício, cerca de 1,57 milhões de Euros, sendo de salientar que os montantes acumulados de investimentos efectuados, desde o ano 2000, já ascendem a cerca de 34,96 milhões de Euros, dos quais 24,85 milhões em novos investimentos e cerca de 10,11 milhões em grandes reparações em infraestruturas e equipamentos existentes.

No Exercício em análise, a LISNAVE suportou ainda custos de cerca de cerca de 470 mil Euros com grandes reparações de infraestruturas e equipamentos. De notar que, desde o ano de 2009, ano em que, de acordo com as alterações de normas contabilísticas, estes custos deixaram de ser capitalizados, o seu montante global já ascende a cerca de 14,51 milhões de Euros.

Ao nível dos novos investimentos, importa salientar, para além da manutenção e recuperação de alguns edifícios e parques, a aquisição de diverso equipamento informático, aquisição de novos equipamentos e ferramentas na área da produção, em particular a aquisição de um grande número de equipamentos de soldadura MIG/MAG para aplicação a bordo, a actualização do equipamento eléctrico móvel, a construção de novos picadeiros metálicos e blocos de betão e a aquisição de material de andaimes.

Em termos de grandes reparações, importa evidenciar a ligação de 3 tanques de recolha de efluentes de oficinas à ETPO e a implementação dum Sistema de Gestão e Monitorização do Consumo de Energia e a Reorganização de Bastidores IT.

De referir, por outro lado, os Investimentos relacionados com a produção térmica de AQS com apoio de energias renováveis, a instalação dum sistema de monitorização da Eclusa/Hydrolift, as Inspecções e ensaios das Lajes das Docas 21 e 22, a reabilitação da Comporta da Doca 22, a Impermeabilização das Juntas da Eclusa do Hydrolift, a Reabilitação Estrutural de 5 Guindastes e início da Reabilitação do Pórtico de 500T tendo sido investidos cerca de 1,034 milhões de Euros, os quais, sendo embora da responsabilidade da Concessionária, LISNAVE IN-FRAESTRUTURAS NAVAIS, acrescem aos investimentos efectuados nos Exercícios anteriores, nomeadamente na reparação estrutural da Doca 20, Ponte Cais 3 e reabilitação eléctrica do Estaleiro, totalizando mais de 19,98 milhões de Euros.

#### Protecção Ambiental

A LISNAVE contribui activamente para a protecção ambiental dos oceanos, ao ser um dos agentes de modernização, requalificação, manutenção e reparação de navios.

A adaptação aos novos regulamentos internacionais é o propósito mais recente de alguns dos trabalhos efectuados no Estaleiro, nomeadamente a instalação de equipamentos de tratamento de águas de lastro, com vista a evitar a transferência de espécies nocivas entre oceanos.

Em Julho de 2016, a LISNAVE renovou, com sucesso, a Certificação ISO 14001 da LRQA - Lloyd's Register Quality Assurance.

No âmbito das medidas de protecção ambiental, é de referir que mais de 80 % dos resíduos produzidos tiveram como destino a valorização ou reciclagem.

De salientar, ainda, que através do Sistema de Gestão de Energia implementado, tem sido possível aumentar a eficiência energética da instalação, reduzindo as emissões equivalentes de CO<sub>2</sub>.

#### Tecnologias de Informação

A LISNAVE, no âmbito da actualização e melhoria contínua do seu Sistema de Tecnologias de Informação, tem vindo a proceder, de forma gradual, à sua reestruturação, com a realização de algumas acções de melhoria, nomeadamente a entrada em produção do módulo de Avaliação (SAP-PD: Personnel Development), usando a solução "SAP Portals" e a migração da plataforma de VOZ (central telefónica), que suportava as comunicações de voz, para uma moderna solução VoIP/TDM em Alta Disponibilidade.

Por outro lado, importa salientar, ao nível da infraestrutura tecnológica, o reforço da sua segurança, com a criação de condições físicas (ambientais e acessos) no CPD (Centro de Processamento de Dados) principal, para responder aos requisitos identificados no BIA (Business Analysis Impact) e RA (Risk Assessment) às áreas operacionais e de suporte da LISNAVE, de modo a garantir a continuidade do negócio da Empresa.

#### Qualidade | Outras Certificações

A LISNAVE assume a Qualidade como factor de sucesso, melhorando continuamente a eficácia do seu Sistema de Gestão da Qualidade, bem como as competências da Empresa.

O Sistema de Gestão da Qualidade da Empresa, auto--sustentável e viável, tem conseguido manter a confiança dos seus Clientes, Parceiros e demais Partes Interessadas, melhorando a fiabilidade e eficácia dos seus processos.

No ano de 2016, em conformidade com o objectivo estratégico da Empresa e face à revisão da Norma ISO 9001:2015, desenvolveu alguns métodos de controlo e monitorização para implementar aquela Norma, tendo superado com sucesso todas as auditorias realizadas pela Lloyd's Register.

A LISNAVE, mantém igualmente, o Certificado de Protecção do Código Internacional de Segurança de Navios e Instalações Portuárias e a Acreditação do Laboratório de Calibrações.

#### Investigação e Desenvolvimento

No decorrer do Exercício de 2016 continuou a ser desenvolvido, em parceria com uma Empresa nacional especializada, um estudo de avaliação da capacidade de carga na laje da Doca 21, com vista à optimização dos planos de docagem de navios.

#### **5 | Recursos Humanos**

A LISNAVE, como tem vindo a reafirmar ao longo dos últimos exercícios, decidiu, oportunamente, proceder ao Rejuvenescimento da Empresa e à flexibilização de alguns aspectos do Contrato de Trabalho, dada a indispensabilidade de assegurar a sua sobrevivência e sustentabilidade futura: ao Rejuvenescimento, pelo facto de já estarem ultrapassados os limites aceitáveis da idade média dos seus Trabalhadores, dadas as exigências físicas da actividade; à flexibilização do Contrato de Trabalho, como forma de fazer face às melhores condições contratuais de que dispõem os seus concorrentes mais directos, num mercado altamente competitivo como é o da reparação naval.

Nesse sentido, depois de ver reiteradamente rejeitadas, por parte dos Órgãos Representativos dos Trabalhadores, as propostas de Acordo de Empresa entretanto apresentadas, deliberou redireccionar a sua estratégia de Recursos Humanos.

Por um lado, decidiu desenvolver um extenso Programa de Formação de Jovens, tendo em vista proporcionar-lhes a aquisição das competências técnicas indispensáveis para os desafios de produtividade futuros e dar início ao inevitável processo de Rejuvenescimento do seu efectivo.

Por outro lado, iniciou, com a colaboração do Accionista Navivessel, os procedimentos legais conducentes à constituição de uma nova Empresa, a qual, tendo um objecto social semelhante ao seu e operando em regime de Prestação de Serviços, passaria a ser, de acordo com as necessidades, a Empresa contratante de todos os Trabalhadores futuros.

Esta nova Empresa, que adoptou a denominação social "LISNAVEYARDS — NAVAL SERVICES, LDA.", foi legalmente constituída, encontrando-se em actividade de Prestação de Serviços à LISNAVE, desde Fevereiro de 2009.

No âmbito da referida Política de Rejuvenescimento iniciada em 2006, a Lisnave promoveu a realização de vários Programas de Formação de Jovens, envolvendo mais de três centenas de formandos. Estes Programas foram precedidos por um estudo aprofundado das funções desempenhadas no estaleiro, que culminou com a criação de cinco novas profissões: Serralheiros Navais, Serralheiros Mecânicos, Bombeiros Navais, Operadores de Máquinas Ferramentas e Condutores de Meios de Elevação e Transporte, com o objectivo, de por um lado, assegurar a Formação técnica indispensável a cada uma das cinco áreas de actuação não descurando, por outro, aspectos considerados fundamentais no desempenho desta actividade, como a flexibilidade e multidisciplinaridade.

A realização destes Programas de Formação, cujos objectivos se consubstanciavam em "seleccionar Jovens com perfil adequado, dar-lhes Formação e competências básicas nas áreas com maior necessidade de recursos humanos na empresa", tem vindo, em função do nível de aproveitamento final, a permitir à LISNAVEYARDS, dotar-se, progressivamente, dos recursos humanos considerados necessários, para assegurar a capacidade produtiva do estaleiro.

Desta forma, no final de 2016 a LISNAVEYARDS contava com um efectivo de 254 Trabalhadores das diferentes profissões relacionadas com a actividade, 185 dos quais, Trabalhadores Directos, tendo procedido no decurso do Exercício, à contratação de 46 Operários, 4 Técnicos de Prevenção e Segurança e 11 Jovens Engenheiros, 2 deles com Formação Técnica Superior em Segurança e Higiene no Trabalho.

#### **Encargos com Remunerações**

Antecedendo a apresentação dos indicadores mais relevantes, é importante referir que, na sequência da

oportuna aprovação da proposta do Conselho de Administração, relativa à participação nos resultados alcançados, foi atribuída a todos os Trabalhadores, uma Gratificação de Balanço composta por uma parte fixa e por duas partes variáveis, atingindo o montante máximo de

2,2 Remunerações Mensais, correspondendo, agregadamente a uma Gratificação total de 1,5 milhões de Euros.

O montante global dos Encargos com Pessoal, cifrou-se em 12,39 milhões de Euros, tal como descriminado no quadro seguinte.

#### **Encargos com pessoal**

Rubricas	2016	2015
Remunerações	8.479.942	9.347.584
Trabalho Suplementar	642.560	438.051
Prémios Subsídios e Outras Remunerações	682.051	764.984
Subtotal	9.804.553	10.550.619
Encargos Sociais	2.584.545	3.498.512
Total	12.389.098	14.049.131

(Valores em Euros)

A redução na rubrica "Remunerações" é resultante, fundamentalmente, da saída "natural" de efectivos, verificada ao longo do ano. Relativamente ao "Trabalho Suplementar", o seu incremento está relacionado com os efeitos decorrentes da crescente disponibilidade manifestada por alguns Trabalhadores, para a realização deste tipo de trabalho, na sequência do Acordo celebrado com os Representantes dos Trabalhadores em Julho de 2015.

O decréscimo nos "Encargos Sociais" ficou a dever-se, essencialmente, a questões relacionadas com a rubrica "Seguros".

#### Formação e Desenvolvimento

No Exercício de 2016, foram desenvolvidas várias Acções de Formação Profissional, envolvendo mais de 620 participantes, contemplando áreas consideradas fundamentais para a Empresa, quer pela sua componente técnica, quer em termos comportamentais e de gestão.

Numa perspectiva de formação e desenvolvimento mais focalizada nas funções de chefia e coordenação de equipas, procurando colmatar a saída de antigos Trabalhadores, mas tendo como objectivo essencial, acrescentar as suas competências tradicionais, visando "criar uma Nova Chefia", a Lisnave em colaboração com a ATEC, promoveu a realização de um Programa de Formação de Chefias, dividido em três fases: Estudo e Levantamento da função de Coordenador de Equipa, Assessement Center com realização de Entrevistas Individuais e Exercícios Práticos e por fim, a Concepção e Realização dos 11 módulos de Formação, abordando essencialmente aspectos comportamentais, relacionados nomeadamente com questões de Liderança, Gestão das Pessoas, Organização e Planeamento, Gestão de Conflitos, Comunicação, Negociação e orientação para o Cliente. Dos 43 Trabalhadores envolvidos, 31 foram seleccionados para participar nos primeiros três cursos de Formação de Coordenadores de Equipa, cuja conclusão se prevê em Outubro de 2017.

#### Formação Externa | 2016

Áreas de Formação	Total Horas	Total Participantes
Desenvolvimento Pessoal	4.959,42	140
Gestão Financeira, Fiscal e Contabilidade	102,5	12
Hardware e Software	2.049,67	37
Qualidade, Segurança, Ambiente e Protecção	5136	164
Qualificação/Reciclagem Técnicas de Produção	3.638,17	272
Total	15.885,76	625

#### Formação de Jovens

Além da Formação Profissional anteriormente referida, a LISNAVE promoveu ainda, no âmbito do Plano de Rejuvenescimento que tem vindo a desenvolver, a realização de mais 4 cursos de Formação de Jovens, nas diferentes profissões da metalomecânica, designadamente, Serralheiros Mecânicos, Serralheiros Navais, Operadores de Máquinas e Ferramentas e ainda, um curso específico para Técnicos de Prevenção e Segurança. Em termos globais, foram realizadas 26.672 horas de Formação em que participaram 51 Formandos.

#### Saúde, Higiene e Segurança

A LISNAVE manteve, no Exercício, a sua tradicional preocupação com a saúde dos seus Trabalhadores. Para além de intervenções pontuais, foram realizados 718 Exames, dos quais 382 foram da LISNAVEYARDS, subdivididos por 88 Admissões, 362 Periódicos e 268 Ocasionais.

No âmbito da Segurança o ano de 2016 caracterizou-se por uma diminuição dos índices de sinistralidade comparativamente aos registados no ano 2015, tendo os Índice de Frequência e Gravidade baixado para 23,74 e 0,96, respectivamente.

Em relação ao ano de 2015 registou-se uma diminuição do número de acidentes com dias úteis de trabalho perdidos.

Durante o ano 2016, receberam informação, Formação e treino de acolhimento e reciclagem em Segurança, 2.440 Trabalhadores, Numa vertente mais focalizada, o Sector de Prevenção e Segurança, promoveu a Formação de acolhimento a 1.303 novos Trabalhadores, incluindo formandos e Trabalhadores de empresas prestadoras de serviços, a Formação de refrescamento de 895 Trabalhadores próprios e de empresas prestadoras de serviços e ainda, uma Formação mais direccionada a 177 Trabalhadores, nomeadamente gestores de projecto, chefias directas, técnicos de segurança no trabalho, visitas e elementos de tripulações ou empresas prestadoras de serviços, numa base de divulgação e sensibilização para as questões relacionadas com a Segurança. No âmbito da colaboração com entidades externas merecem especial destaque as Acções dirigidas a alunos da Escola Superior Náutica Infante D. Henrique.

Para além da Formação referida, o Sector de Prevenção e Segurança participou ainda em acções de sensibilização em "Segurança, Qualidade, Ambiente e Boas Práticas, promovidas pelos Sectores Produtivos da Empresa, que envolveram 65 pessoas entre Trabalhadores da LISNAVE e Responsáveis de Empresas Externas.



De destacar ainda a distribuição de informações e regras básicas de Segurança, às pessoas que diariamente entram nas instalações da Empresa, designadamente vendedores, técnicos externos e outras visitas, totalizando as 1174 divulgações.

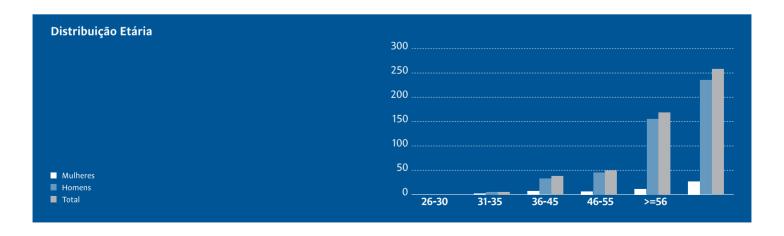
No âmbito desta mesma Política, mas na área da saúde, e na sequência da correspondente opinião médica, de referir que a Empresa deliberou promover a habitual campanha de Vacinação contra a Gripe Sazonal, à qual aderiram 44 Trabalhadores.

#### **Outros Indicadores**

O índice de absentismo em 2016 revelou uma diminuição global face ao ano anterior, fixando-se em 5,8%.

Comparativamente aos Indicadores de Pessoal no final de 2015, a Lisnave viu o seu efectivo reduzido em 14 Trabalhadores, a maioria dos quais e nos termos da Lei, por ingresso na situação de Reforma Antecipada.

Em 31 de Dezembro de 2016, o efectivo total da LISNAVE era de 256 Trabalhadores com uma média de idades de 55,8 anos.



#### 6 | Situação Económica e Financeira

Como já foi referido anteriormente, a LISNAVE durante o Exercício de 2016, reparou 67 navios, com uma facturação total de 95,7 milhões de Euros.

Conforme se mostra no quadro seguinte, registou-se em 2016 uma forte queda de 15,4% no valor da Facturação, relativamente ao ano anterior, acompanhado por uma

diminuição, ainda mais acentuada, de 37,4% no número de navios reparados.

A facturação média por navio, de 1.429 mil Euros, reflecte uma melhoria de 35,1%, quando comparada com o período homólogo, significando um maior conteúdo de trabalho por navio em reparações de rotina, conjugado com a grande dimensão de 5 projectos de reparação, executados no período em análise, os quais atingiram um valor médio de facturação de cerca de 7,3 milhões de Euros.

#### Número de Navios e facturação

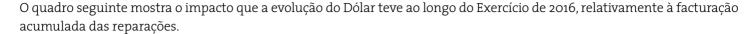
Rubricas	2016	2015	2014	2013	2012
N.º Navios Reparados	67	107	92	107	101
Facturação Total	95,7	113,2	76,3	81,0	79,9
Facturação Média Navio	1,429	1,057	0,830	0,757	0,792

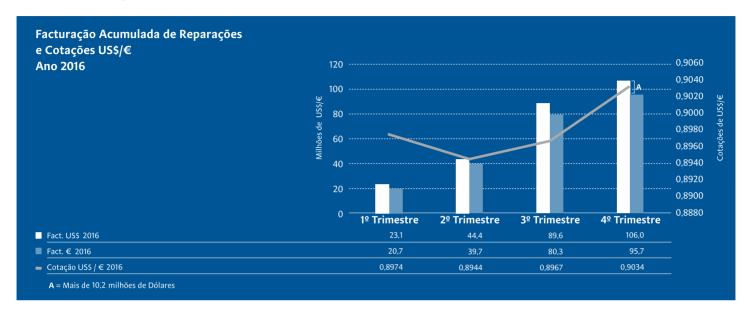
(Valores em Milhões de Euros)

O facto mais significativo verificado no Exercício em apreço foi o número de navios reparados que, quando comparado com a média de 102 navios verificada no período de 2012/2015, regista uma quebra de 34,2%. Este resultado está directamente relacionado com uma diminuição significativa da procura, ou seja, um número de consultas recebidas inferior em 21,1%, relativamente à média verificada no período de 2012/2015, assim como, com uma degradação da taxa de sucesso de 2,34 pontos percentuais, quando comparada com a média verificada nos quatro Exercícios anteriores.

A evolução destes indicadores está intimamente relacionada, entre outras razões, com a quebra acentuada das taxas de frete verificada a partir de 2008, mormente nos transportadores de graneis sólidos, na sequência da crise financeira e económica internacional e do persistente excesso de oferta do mercado de transporte marítimo. Assim, em 2016, os fundamentos da economia mundial não se alteraram relativamente aos anos anteriores em análise, ou seja, manteve-se a tendência da diminuição da taxa de crescimento do comércio mundial, o desequilíbrio entre a oferta e a procura e o agravamento da concorrência no mercado da reparação e manutenção naval.

Importa, também, referir pela sua importância, o comportamento do Dólar dos EUA no Exercício de 2016, uma vez que os principais Clientes da LISNAVE continuam a utilizar, primordialmente, o Dólar nas suas transacções comerciais. De facto, o Dólar continuou a registar um movimento de apreciação relativamente ao Euro, reflectindo a política do BCE de compra de dívida pública com objectivo de combater a baixa inflação e, paralelamente, a consolidação da perspectiva de subida dos juros de referência por parte da Reserva Federal norte americana. Assim, durante o exercício em apreço, verificou-se uma valorização desta moeda contra o Euro, atingindo uma cotação média anual de 0,9034.





O quadro seguinte mostra a evolução do total das Vendas e Prestações de Serviços.

Vendas e Prestações de Serviços

Rubricas	2016	2015	2014	2013	2012
Reparações Navais	95.744	113.152	76.333	81.038	79.945
Rédito dos Navios em Curso	4.610	-3.294	4.327	549	-61
Outras Actividades	561	3.490	3.905	2.801	1.474
Prestações de Serviços	1.213	1.294	1.103	1.315	1.249
Total	102.128	114.642	85.669	85.704	82.607

(Valores em Milhares de Euros)

O valor total das Rubricas "Reparações Navais" e "Rédito dos Navios em Curso" representou 98,3% do valor total das "Vendas e Prestações de Serviços", tendo as Rubricas "Outras Actividades" e "Prestações de Serviços" registado, no seu conjunto, um valor de 1,8 milhões de Euros.

Deve ser salientado que o montante da Rubrica "Outras Actividades" registou uma queda muito significativa, cerca de 2,9 milhões de euros, relativamente ao exercício

anterior, como resultado da diminuição das Vendas de Serviços à LISNAVE INFRAESTRUTURAS NAVAIS, detentora do Contrato de Concessão do Estaleiro da Mitrena, relacionada com o adiamento da execução do Plano de Investimentos de reabilitação do Estaleiro, por necessidades operacionais da LISNAVE.

Continuando a caracterizar a evolução da situação económica da Empresa, apresentam-se, no quadro



seguinte, as Demonstrações de Resultados para os Exercícios de 2016/2012, mostrando, por um lado, a evolução da rentabilidade das Vendas, assim como, a evolução do peso relativo dos factores produtivos no total de Rendimentos de Exploração.

# Demonstração de Resultados

		2016		2015		2014		2013		2012
Rubricas	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Vendas e serviços prestados	102 128		114 642		85 669		85 704	:	82 607	
Trabalhos para a própria Empresa	0		0		3		0		0	
Outros rendimentos e ganhos	1 917		1 541		3 538		3 173	:	2 747	
Total Rendimentos de Exploração	104 045	100	116 183	100	89 209	100	88 877	100	85 355	100
Custos das mat. primas consumidas	8 945	8,6	6 187	5,3	5 800	6,5	4 302	4,8	5 248	6,1
Fornecimentos e serviços externos	68 893	66,2	74 392	64,0	61 324	68,7	58 493	65,8	55 421	64,9
Gastos com o Pessoal	12 389	11,9	14 049	12,1	12 804	14,4	14 207	16,0	14 181	16,6
Depreciações, Imparidade e Provisões	1 579	1,5	1 815	1,6	-80	-0,1	1 080	1,2	1 899	2,2
Impostos	24	0,0	34	0,0	101	0,1	113	0,1	104	0,1
Outros gastos e perdas	2 841	2,7	670	0,6	427	0,5	463	0,5	652	0,8
Total de Gastos de Exploração	94 671	91,0	97 147	83,6	80 376	90,1	78 658	88,5	77 506	90,8
Resultados Operacionais	9 374	9,0	19 035	16,4	8 833	9,9	10 219	11,5	7 849	9,2
Resultados de financiamento	0	0.0	0	0.0	0	0.0	0	0.0	0	0.0
Resultados antes de Impostos	9 374	9,0	19 035	16,4	8 833	9,9	10 219	11,5	7 849	9,2
Impostos sobre Rendimentos Período (-)	-2 659	-2,6	-5 423	-4,7	-2 357	-2,6	-3 240	-3,6	-2 864	-3,4
Resultado Líquido do Período	6 715	6,5	13 612	11,7	6 476	7,3	6 980	7,9	4 985	5,8

(Valores em milhares de Euros)



Como apreciação global à Demonstração de Resultados, constata-se que no Exercício de 2016 a situação económica da Empresa piorou significativamente, relativamente ao Exercício anterior, ao alcançar um "Resultado Líquido" de 6,7 milhões de Euros.

O Rácio de Eficiência, que mede o peso relativo da Rubrica "Total de Gastos de Exploração" no "Total de Rendimentos de Exploração", registou uma degradação de 7,4 pontos percentuais quando comparado com o do ano anterior, apresentando um valor de 91%.

A LISNAVE continua a não apresentar qualquer valor de "Resultados de Financiamento", uma vez que não teve necessidade de recorrer a financiamento bancário.

Deve continuar a ser sublinhado que os riscos cambiais, relacionados com a volatilidade do Dólar, foram oportunamente eliminados em resultado da decisão da Gestão, tomada no final de 2003, de substituir o Dólar pelo Euro na facturação aos Clientes. Assim, as diferenças cambiais registadas no Exercício de 2016 mantiveram-se em níveis não materialmente relevantes.

De modo a completar a análise da evolução económica da Empresa para o período de 2016 a 2012, apresenta-se no mapa seguinte um conjunto de Indicadores e Rácios económicos mais relevantes.

#### Agregados Económicos

Rubricas	2016	2015	2014	2013	2012
Agregados Globais					
Valor bruto da produção (VBP)	102 128	114 642	85 672	85 704	82 607
Valor acrescentado bruto (VAB)	27 334	38 851	21 200	26 000	24 720
Encargos com pessoal	12 389	14 049	12 804	14 207	14 181
Cash flow operacional	10 954	20 850	8 753	11 299	9 748
Número médio de colaboradores	261	285	291	296	306
Rácios					
Valor bruto da produção per capita	391,3	402,3	294,4	289,5	270,0
Encargos com pessoal per capita	47,5	49,3	44,0	48,0	46,3
VAB / VBP	27%	34%	25%	30%	30%
Encargos com pessoal / VAB	45%	36%	60%	55%	57%

(Valores em Milhares de Euros)



Da sua observação pode concluir-se que, no Exercício de 2016, todos os Indicadores e Rácios de desempenho da Empresa apresentaram uma evolução negativa, quando comparados com os do Exercício anterior. Contudo, apesar deste resultado, a Empresa manteve a sua sustentabilidade económica que lhe permite continuar a fazer

face a um mercado caracterizado por uma grande imprevisibilidade.

A evolução da "Situação Líquida", para o período em análise, está evidenciada no quadro seguinte.

# Situação Líquida

Rubricas	2016	2015	2014	2013	2012
Capital Social	5,000	5,000	5,000	5,000	5,000
Prestações suplementares de capital	0	0	0	0	0
Reserva legal e resultados transitados	23.784	23.672	23.196	22.216	21.231
Resultado líquido do Exercício	6.715	13.612	6.476	6.980	4.985
Total da Situação Líquida	35.499	42.284	34.672	34.196	31.216

(Valores em Milhares de Euros)



A Situação Líquida em 31 de Dezembro de 2016 apresenta um valor de 35,5 milhões de Euros. O valor contabilístico por Acção, no fim do Exercício, era de 35,50 €, representando uma valorização de 610% relativamente ao seu valor nominal.

Através da análise das principais Rubricas do Balanço, referidas a 31 de Dezembro de 2016, para os últimos cinco Exercícios e constantes do quadro seguinte, pode seguir-se a evolução da estrutura financeira da Empresa.

### **Balanços Sintéticos Comparados**

Rubricas	2016	2015	2014	2013	2012
Activo					
Activo não corrente	10 878	9 338	9 798	10 604	11 137
Inventários	2 077	1 851	1 850	1 947	2 097
Clientes c/c (líquido de adiantamentos)	14 714	13 005	12 035	9 859	13 099
Outras contas a receber	8 139	6 404	6 698	5 176	3 870
Caixa e depósitos bancários	38 536 :	51 928	35 393	37 892	30 969
Diferimentos :	232	247	143	91	149
Total do Activo	74 577	82 774	65 918	65 569	61 322
Passivo					
Provisões	3 725	2 136	2 204	3 327	5 802
Outras contas a pagar não corrente	137	876	1 445	2 634	2 573
Fornecedores c/c (líquido de adiantamentos)	24 794	24 648	19 206	16 489	13 272
Outras contas a pagar	8 108	11 577	8 391	8 924	8 458
Diferimentos	2 314	1 252	0	0	0
Total do Passivo	39 079	40 490	31 246	31 373	30 106
Situação Líquida	35 499	42 284	34 672	34 196	31 216

(Valores em Milhares de Euros)





Com a finalidade de se avaliar o Balanço, nas suas vertentes de Liquidez e Estrutura Financeira, no final do Exercício em apreço, utiliza-se um conjunto de indicadores que ajudam a caracterizar a situação financeira da Empresa. Assim:

# Liquidez

Apresentando um Fundo de Maneio da ordem dos 28,5 milhões de Euros e Rácios de Liquidez Geral e de Liquidez Reduzida muito confortáveis, com valores de 1,81 e 1,75, respectivamente, pode afirmar-se que a estrutura Financeira de Curto Prazo da Empresa continua a mostrar uma boa solidez.

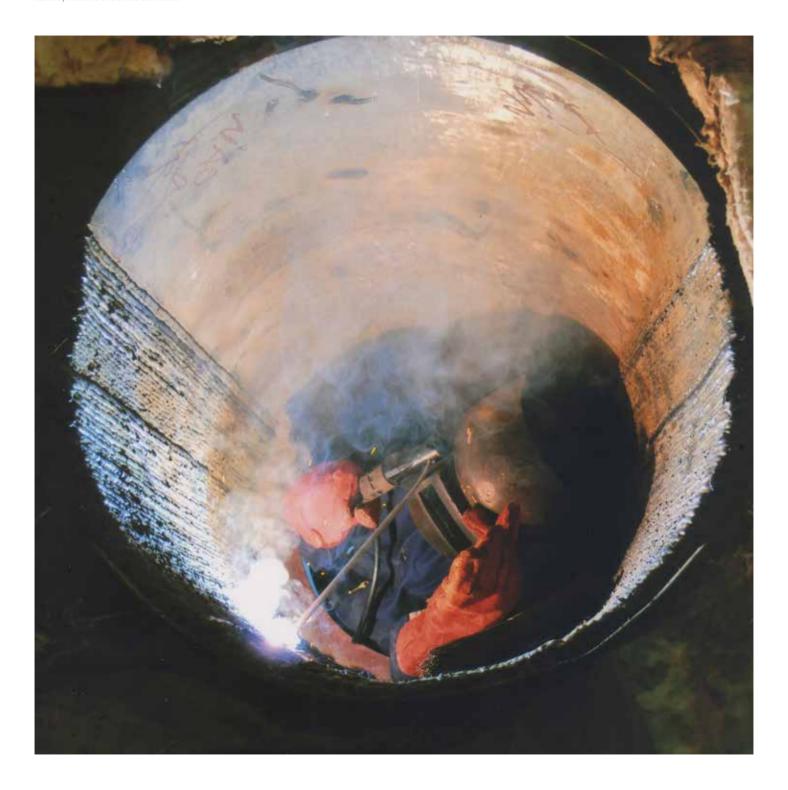
Para esta situação continuaram a contribuir os seguintes factores: inexistência de Dívidas Bancárias de Curto Prazo, devido ao não recurso ao crédito bancário para fazer face à gestão corrente da Tesouraria, fruto do nível

do "Cash Flow" gerado no Exercício e das Disponibilidades em Caixa e Bancos, as quais atingiram 38,5 milhões de Euros, no final do Exercício.

#### Estrutura Financeira

Apresentando um Rácio de Financiamento dos Activos não Correntes de 3,26 e Rácios de Solvabilidade Total e Autonomia Financeira de 90,8% e 47,6%, respectivamente, conclui-se que a estrutura financeira do Balanço continua com num nível muito confortável e adequado ao seu "core business", que é caracterizado por um forte grau de imprevisibilidade.

Finalmente, e de acordo com as disposições legais, declara-se que, em 31 de Dezembro de 2016, a LISNAVE não detinha Acções próprias e não existiam Dívidas em mora ao Sector Público Estatal, incluindo à Segurança Social.



# 7 | Perspectivas da Actividade para 2017

A desaceleração para 1,5%, prevista para o ano de 2016, do crescimento das economias dos países desenvolvidos, reflecte as incertezas a nível político e a fraca procura externa. À incerteza acerca dos resultados das políticas anunciadas pela nova Administração dos Estados Unidos da América, junta-se a incerteza provocada pela decisão do Reino Unido de abandonar a União Europeia.

Nos Estados Unidos da América, as propostas da nova Administração para a redução de impostos, associadas às anunciadas medidas de grandes investimentos em infra-estruturas assim como, as propostas de alteração das relações comerciais – através, tanto de alteração dos tratados comerciais existentes como da introdução de medidas proteccionistas da sua economia - terão, certamente, consequências imprevisíveis tanto na economia Americana, como na economia mundial.

Na zona Euro, a política de taxas de juro negativas associada aos programas de compra de dívida pelo Banco Central Europeu tem facilitado o custo do crédito e tido um impacto positivo nos fluxos dos empréstimos. Contudo, as renovadas preocupações acerca da viabilidade do sector bancário de alguns países e as dificuldades em cumprir os compromissos assumidos, têm contribuído para algumas restrições ao crédito e contribuído para a volatilidade deste sector.

No Japão, apesar do consumo privado ter dado alguns sinais de recuperação depois de dois anos de contracção, o investimento e as exportações continuam débeis. Para suportar o crescimento, o governo anunciou uma série de medidas que incluem um investimento público correspondente a cerca de 1,2% do Produto Interno Bruto assim como incentivos fiscais. Espera-se que estas medidas acrescentem cerca de 0,3 pontos percentuais ao crescimento esperado para o ano de 2017.

Na China, é de esperar que a mudança estrutural da sua economia continue durante o ano de 2017. Consequência da fraca procura externa e da incerteza acerca das possíveis alterações estruturais do comércio e da continuação do reduzido investimento privado, espera-se que a taxa de crescimento reduza ligeiramente para 6,5% em 2017, depois de em 2016 ter atingido 6,6%.

Assim, espera o Banco Mundial que no ano de 2017 a economia mundial cresça 2,7%, um aumento de 0,5 pontos percentuais em relação ao ano de 2016.

Consequência deste ligeiro aumento na taxa de crescimento da economia mundial espera o Banco Mundial que a taxa de crescimento das trocas comerciais no ano de 2017 atinja os 2,7%, um crescimento estimado de 1,5 pontos percentuais em relação ao ano de 2016.

Como resultado desta tendência de ligeiro crescimento, tanto da economia mundial como do comércio mundial, espera-se que os Armadores durante o ano de 2017 prossigam as medidas já encetadas de redução das taxas de crescimento das suas frotas a fim de que possam reduzir o excesso de oferta de transporte e finalmente obter taxas de rentabilidade aceitáveis.

Há, contudo, vários riscos associados tanto do lado da procura de transporte como da sua oferta, de entre os quais se destacam os seguintes:

- ▶ A continuada tendência da tomada de medidas proteccionistas por parte de um número cada vez maior de países assim como, as continuadas medidas de protecção ambientais aliadas ao aumento da eficiência energética, que farão, certamente, reduzir, a taxa de crescimento da procura de transporte;
- ► Do lado da oferta de transporte, as medidas proteccionistas implementadas e em vias de implementação por

parte dos países construtores navais, tais como a China e a Coreia do Sul, através de subsídios à actividade dos seus Estaleiros de construção, que farão reduzir os preços dos navios novos, factor que constituirá um aliciante para o aumento das encomendas por parte dos Armadores que procuram reduzir os custos de exploração das suas frotas.

Acresce, ainda, a incerteza relativamente à entrada em vigor de regulamentos internacionais que acarretarão elevados custos tanto operacionais como de investimento e que terão, certamente, um impacto imprevisível na programação de docagens durante os anos de 2017 e 2018.

Antecipando as consequências do que ficou exposto, espera-se que prossiga, durante 2017, o movimento de ajustamento entre a oferta e a procura de transporte marítimo já perceptível no passado recente,

De facto, os Armadores, no que respeita à frota de granéis secos, vêm já desde o ano de 2014 a reduzir o volume de encomendas de navios novos e a aumentar o volume de vendas de navios para demolição, tendo no ano de 2016, reduzido em cerca de 35% as encomendas de navios novos em termos de TPB, atingindo a carteira de encomendas desta frota no final do ano de 2016, em termos de TPB os 85,6 milhões, correspondendo a 10,8% da frota actual o valor mais baixo desta década.

No que se refere à frota de granéis líquidos, as encomendas de navios novos no ano de 2016 foram de 9,2 milhões de TPB, valor este o mais baixo da década, atingindo a carteira de encomendas os 75,8 milhões de TPB, correspondendo a 13,7% da frota actual.

Neste contexto, se estes ajustamentos prosseguirem e os riscos anteriormente referidos, designadamente os decorrentes das medidas proteccionistas e de novas políticas comerciais dos EUA não produzirem consequências relevantes a nível da taxa de 2,7% prevista para o

crescimento da economia mundial, espera-se que os Armadores consigam continuar a gerir o excesso de frota existente, através da redução de velocidade e outras ineficiências e possam alcançar níveis de rentabilidade que lhe permitam manter a manutenção dos seus navios nos níveis exigidos, tanto pelos fretadores como pelas sociedades classificadoras, o que, a verificar-se, fará com que a actividade de Reparação Naval se possa manter, no ano de 2017, a um nível próximo do que se verificou no ano de 2016.

#### **Recursos Humanos**

O Conselho de Administração, no ano de 2017, pretende prosseguir com a sua Política de gestão estratégica de Recursos Humanos, através da cooperação estabelecida com a LISNAVEYARDS, por forma a continuar a promover, através desta, a criação de condições que assegurem a sustentabilidade futura deste sector de actividade em Portugal.

Com este objectivo, a LISNAVE pretende explorar novas modalidades de colaboração com a LISNAVEYARDS, procurando que esta assuma, em função da dimensão do seu quadro de pessoal, nomeadamente no que ao número de Trabalhadores directos respeita, maiores responsabilidades no desenvolvimento da actividade.

Neste contexto, para além de pretender continuar a assegurar a Formação profissional dos seus Trabalhadores, tendo estimado para o efeito um Plano Anual de cerca de 19,8 mil horas, a LISNAVE tenciona prosseguir com a sua Política de Rejuvenescimento, prevendo realizar três novos cursos de Formação de Jovens, dar continuidade ao Plano de recrutamento de Técnicos para a área de Segurança, promover novas acções de preparação e Formação de chefias directas e ainda, implementar e desenvolver um Plano Estratégico de Sucessão e Rejuvenescimento para Quadros da Empresa.

# 8 | Proposta de Aplicação de Resultados

Tendo-se verificado uma "performance" no Exercício de 2016, que conduziu a um resultado que justifica conceder uma Gratificação aos Trabalhadores, o Conselho de Administração, decidiu atribuir uma Gratificação de Balanço.

Desta forma, propõe aos Senhores Accionistas:

- 1 Que seja ratificada a decisão do Conselho de Administração, de atribuir uma Gratificação de Balanço à generalidade dos Trabalhadores da Empresa, no montante de € 1.200.000,00 (Um milhão e duzentos mil Euros) já incluída no Resultado Líquido do Exercício e que,
- 2 Ao Resultado Líquido do Exercício, no montante de € 6.714.836,50 (Seis milhões, setecentos e catorze mil, oitocentos e trinta e seis Euros e cinquenta Cêntimos), seja dada a seguinte aplicação:

Dividendos 6.700.000,00 Euros
Resultados Transitados 14.836,50 Euros

# 9 | Referências Finais

Finalmente, a concluir o Relatório de Gestão relativo à actividade do Exercício de 2016, o Conselho de Administração quer expressar o seu profundo agradecimento e apreço às muitas pessoas e entidades, que de forma directa ou indirecta o apoiaram na consecução dos objectivos estabelecidos, particularmente:

► Aos Clientes e Fornecedores, pela preferência e confiança com que continuaram a distinguir a LISNAVE;

- ► Aos Accionistas, pelo apoio, colaboração e interesse sempre manifestados no acompanhamento dos aspectos mais relevantes da gestão da Empresa;
- ▶ Às Autoridades em geral e às do Porto de Setúbal em particular, pela compreensão e colaboração evidenciadas na resolução das questões inerentes ao funcionamento do Estaleiro:
- ▶ Às Instituições de Crédito, pelo excelente relacionamento que têm vindo a manter com a LISNAVE;
- ► Ao Conselho Fiscal e aos Auditores Externos pela forma participativa como exerceram as suas funções;
- ▶ A todos os Colaboradores da Empresa e seus Órgãos Representativos, pela disponibilidade, empenho e elevado profissionalismo evidenciados.
- ▶ Por último, agradecer a título póstumo e expressar a mais profunda gratidão e apreço pela forma superior, quer profissional, quer pessoalmente, como o Eng. Frederico Spranger se dedicou à LISNAVE e contribuiu decisivamente para o seu sucesso, bem como para a sua afirmação internacional.

Setúbal, 23 de Fevereiro de 2017

# O Conselho de Administração

#### **Presidente**

Eng. José António Leite Mendes Rodrigues

# **Vogais**

Dr. Nelson Nunes Rodrigues Dr. Aloísio Fernando Macedo da Fonseca Eng. Peter Luijckx Dr. João Rui Carvalho dos Santos Eng. Manuel Serpa Leitão

Balanço

Demonstração de Capital Próprio

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Certificação Legal das Contas

# **BALANÇO**

Rubricas	Notas	31-DEZ-2016	31-DEZ-2015
Activo			
Activo não Corrente			
Activos fixos tangíveis	8	5 973 637,11	5 214 743,88
Propriedades de investimento	7	2 567 100,00	2 567 100,00
Outros activos financeiros	15	913 945,89	883 038,89
Activos por impostos diferidos	14	973 564,36	223 415,67
Activos não correntes detidos para venda	8	450 000,00	450 000,00
		10 878 247,36	9 338 298,44
Activo Corrente			
Inventários	10	2 077 339,55	1 850 802,26
Clientes	15.1	14 743 665,58	13 041 018,68
Adiantamentos a fornecedores	15.3	509 654,01	221 380,02
Estado e outros entes públicos	14/17.1	4 180 155,97	3 146 196,46
Outros créditos a receber	15.2	3 959 214,46	3 257 667,72
Diferimentos	17.2	231 624,90	247 446,50
Caixa e depósitos bancários	4	38 536 467,59	51 928 045,91
		64 238 122,06	73 692 557,55
Total do Activo		75 116 369,42	83 030 855,99

Rubricas	Notas	31-DEZ-2016	31-DEZ-2015
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Capital realizado	15.5	5.000.000,00	5.000.000,00
Reservas legais	17.3	1 398 173,26	1 398 173,26
Resultados transitados	17.3	22 385 693,75	22 273 795,07
Nesurtados transitados	17.5	28 783 867,01	28 671 968.33
Resultado líquido do período	17.3	6 714 836,50	13 611 898,68
Total do Capital Próprio		35 498 703,51	42 283 867,01
Passivo			
Passivo não Corrente			
Provisões	12	3 725 030,00	2 136 294,14
Outras dividas a pagar	15.4	137 155,81	876 139,89
		3 862 185,81	3 012 434,03
Passivo Corrente			
Fornecedores	15.3	25 303 935,28	24 869 446,66
Adiantamentos de clientes	15	29 230,36	35 830,36
Estado e outros entes públicos	14/17.1	522 632,67	4 365 207,34
Outras dividas a pagar	15.4	7 585 682,99	7 211 598,59
Diferimentos	17,2	2 313 998,80	1 252 472,00
		35 755 480,10	37 734 554,95
Total do Passivo		39 617 665,91	40 746 988,98
Total do Capital Próprio e do Passivo		75 116 369,42	83 030 855,99

# DEMONSTRAÇÃO CAPITAL PRÓPRIO

Descrição	Capital Realizado	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado Líquido	Total
Posição em 01/01/2015	5 000 000,00	1 398 173,26	21 797 469,15	6 476 325,92	34 671 968,33
Transferência de Resultados					
do Exercíco para Result. Transit.			6 476 325,92	-6 476 325,92	0,00
Alterações no Período	:		· •		
		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Líquido do Período				13 611 898,68	13 611 898,68
Operações com Detentores					
de Capital no Período					
Distribuições			-6.000.000,00		-6.000.000,00
	0,00	0,00	-6 000 000,00	13 611 898,68	7 611 898,68
			•		
Posição no Fim do Período 2015	5 000 000,00	1 398 173,26	22 273 795,07	13 611 898,68	42 283 867,01
Posição em 01/01/2016	5 000 000,00	1 398 173,26	22 273 795,07	13 611 898,68	42 283 867,01
Transferência de Resultados					
do Exercíco para Result. Transit.			13 611 898,68	-13 611 898,68	0,00
Alterações no Período					
		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Líquido do Período				6 714 836,50	6 714 836,50
Operações com Detentores					
de Capital no Período					
Distribuições			-13 500 000,00		-13 500 000,00
	0,00	0,00	-13 500 000,00	6 714 836,50	-6 785 163,50
Posição no fim do Período 2016	5 000 000,00	1 398 173,26	22 385 693,75	6 714 836,50	35 498 703,51

# **DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

Rendimentos e Gastos	Notas	2016	2015
Vendas e serviços prestados	11	102 128 300,52	114 641 658,49
Trabalhos própria empresa		125,76	329,34
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(8 945 121,59)	(6 187 022,02)
Fornecimentos e serviços externos	17.4	(68 892 566,77)	(74 392 295,59)
Gastos com o pessoal	16	(12 389 098,26)	(14 049 130,52)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	10	(16 244,25)	(11 587,58)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	15.1	1 558 379,52	225 808,00
Provisões (aumentos/reduções)	12	(2 373 676,54)	(1 279 320,32)
Outros rendimentos e ganhos	17.5	1 916 795,62	1 540 846,12
Outros gastos e perdas	17.6	(2 864 838,97)	(704 392,81)
Resultado antes de Depreciações. gastos de Financiamento e Impostos		10 122 055,04	19 784 893,11
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	8/17.7	(747 844,07)	(749 505,13)
Resultado Operacional (antes de Gastos de Financiamento e Impostos)		9 374 210,97	19 035 387,98
Resultado antes de Impostos		9 374 210,97	19 035 387,98
Imposto sobre o rendimento do período	14	(2 659 374,47)	(5 423 489,30)
Resultado Líquido do Período		6 714 836,50	13 611 898,68
Resultados por Acção básico		6,71	13,61

# DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

	Periodo			
Rubricas	2016	2015		
Fluxo de Caixa das Actividades Operacionais				
Recebimento de Clientes	102 578 516,14	112 680 062,36		
Pagamento a Fornecedores	-94 267 736,29	-88 054 654,40		
Pagamento a Pessoal	-9 810 455,65	-9 749 145,05		
Caixa Gerada pelas Operações	-1 499 675,80	14 876 262,91		
Pagamento/Recebimento do Imposto sobre Rendimento	-8 180 796,98	-619 024,41		
Outros Recebimentos / Pagamentos relativos à Actividade Operacional	10 210 515,92	9 638 038,72		
	530 043,14	23 895 277,22		
Fluxo das Actividades Operacionais (1)	530 043,14	23 895 277,22		
Pagamentos Respeitantes a:				
Activos Fixos Tangíveis	-516 883,59	-1 683 643,32		
	-516 883,59	-1 683 643,32		
Recebimentos Provenientes de:				
Activos Fixos Tangíveis		155,00		
Juros e Rendimentos Similares	123 645,26	366 295,26		
Fluxo de Caixa das Actividades de Investimento (2)	-393 238,33	-1 317 193,06		
Pagamentos Respeitantes a:				
Juros e gastos similares	-27 447,70	-41 576,77		
Dividendos	-13 500 000,00	-6 000 000,00		
Fluxo das Actividades de Financiamento (3)	-13 527 447,70	-6 041 576,77		
Variação de Caixa e seus Equivalentes	-13 390 642,89	16 536 507,39		
(4) = (1) + (2) + (3)				
Efeito das Diferenças de Câmbio	935,43	1 146,56		
Caixa e seus Equivalentes no Início do Período	-51 928 045,91	-35 392 685,08		
Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período	38 536 467,59	51 928 045,91		
	-13 390 642,89	16 536 507,39		

#### **ANEXO**

(Quantias estão expressas em Euros excepto quando expressamente indicado de outra forma)

# 1. Identificação da Empresa

A Empresa foi constituída em 12 de Março de 1997 com a designação comercial de Navenova – Estaleiros Navais, S.A., denominação social, posteriormente alterada, por escritura pública de 31 de Julho de 1997, para LISNAVE, ESTALEIROS NAVAIS, S.A..

O seu objecto social principal é a exploração de estaleiros navais para construção e reparação de navios, para o exercício de indústria, comércio, bem como o desenvolvimento de actividades conexas com esta ou afins.

Tem a sua Sede Social em Mitrena, 2910-738 Setúbal.

O capital da Empresa é detido maioritariamente pela Navivessel – Estudos E Projectos Navais, S.A., que detém 72,83%, pela Thyssenkrupp Industrial Solutions AG, que possui 20% do capital, pela Parpública, SGPS, S.A. com 2,97% e pelo Público (OPT) com 4,2%.

# 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho, foi revogado o Plano Oficial de Contabilidade (POC) e as Directrizes Contabilísticas com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010. Assim, para o exercício que se iniciou após esta data a empresa passou a fazer o relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

Não houve derrogações com vista à imagem verdadeira e apropriada.

# 3. Principais políticas contabilísticas

# 3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras a que se referem as presentes notas, a Empresa adoptou:

- ▶ As Bases de Preparação das Demonstrações financeiras constantes do anexo ao Decreto-Lei Nº 158/2009, de 13 de Julho, que instituiu o SNC;
- ▶ As NCRF em vigor na presente data com as isenções descritas na nota 2.

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo por base o disposto nas NCRF, as políticas contabilísticas adoptadas pela Empresa foram as seguintes:

# a. Activos Fixos Tangíveis

Os Activos Fixos Tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, na prestação de serviços ou no uso administrativo.

Com excepção dos Terrenos que não são amortizáveis, os Activos Fixos Tangíveis são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o activo pode estar em imparidade. As amortizações são calculadas numa base duodecimal, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para utilização da finalidade pretendida, utilizando os seguintes métodos:

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2016	2015
Edifícios e outras construções	2,50% - 5,00%	2,50% - 5,00%
Equipamento Básico	5,00% - 12,50%	5,00% - 12,50%
Equipamento de Transporte	25,00%	25,00%
Equipamento Administrativo	6,25% – 33,33%	6,25% - 33,33%
Outros Activos Tangíveis	16,67%	16,67%

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

Os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospectiva.

O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos / Reversões de Depreciação e Amortização.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um activo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do Exercício no ano em que o activo é desreconhecido.

Os Activos Fixos Tangíveis em Curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente amortizados quando se encontram disponíveis para uso.

# **Imparidade**

A Empresa avalia se existe qualquer indicação de que um activo possa estar com imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, a Empresa estima a quantia recuperável do activo (que é a mais alta entre o justo valor do activo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso) e reconhecem nos resultados do Exercício a imparidade sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico.

Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- ▶ Durante o período, o valor de mercado de um activo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- ▶ Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na Empresa, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a Empresa opera ou no mercado ao qual o activo está dedicado;
- ► As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afectarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um activo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do activo;
- ▶ A quantia escriturada dos activos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;
- ► Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um activo;
- ► Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um activo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um activo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o activo pertence, planos para alienar um activo antes da data anteriormente esperada;
- ▶ Existe evidência nos relatórios internos que indica que o desempenho económico de um activo é, ou será, pior do que o esperado.

Independentemente de haver indicações de estarem em imparidade, os bens que ainda não estão disponíveis para uso são testados anualmente.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efectuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

# b. Activos e Passivos por Impostos Diferidos e Imposto sobre o Rendimento do Período

# b.1 Activos e Passivos por Impostos Diferidos

Os Activos e Passivos por Impostos Diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos activos e passivos da Empresa.

Os Activos por Impostos Diferidos reflectem:

- ► As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- ▶ Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do activo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os Passivos por Impostos Diferidos reflectem diferenças temporárias tributáveis.

As Diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do activo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Não são reconhecidos impostos diferidos relativos às diferenças temporárias associadas aos investimentos em sucursais e associadas e interesses em empreendimentos conjuntos por se considerar que se encontram, satisfeitas, simultaneamente, as seguintes condições:

- ▶ A Empresa seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária; e
- ► Seja provável que a diferença temporária não se reverterá no futuro previsível.

A mensuração dos Activos e Passivos por Impostos Diferidos:

- ▶ É efectuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o activo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço e
- ▶ Reflecte as consequências fiscais que se seguem da forma como a Empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus activos e passivos.

# b.2 Imposto sobre o Rendimento

O Imposto sobre o Rendimento do Período engloba os impostos correntes e diferidos do Exercício.

O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor a que está sujeita cada uma das empresas englobadas na consolidação.

A Empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 21%, acrescida da Derrama até à taxa máxima de 1,5% sobre o Lucro Tributável, e da Taxa de Derrama Estadual de 3% e 5% de onde resulta uma taxa agregada máxima de 27,5%.

Nos termos da legislação em vigor, as correspondentes declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período que varia entre 4 e 5 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações.

O Conselho de Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correcções materiais nas demonstrações financeiras consolidadas.

#### c. Inventários

Os inventários incluem as matérias-primas que estão valorizadas ao custo de aquisição ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, sendo o método de custeio o custo médio.

O custo dos inventários inclui:

- ▶ Custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros directamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros items semelhantes);
- ▶ Outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e condições pretendidos;
- ► Variações de justo valor, no caso de os inventários terem associados a si instrumentos derivados de cobertura (§37 b) da NCRF 27).

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de aquisição ou de produção, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, a qual é revertida quando deixam de existir os motivos que a originaram.

Para este efeito, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da actividade empresarial menos os custos estimados de acabamento e os custos necessários para efectuar a venda. As estimativas tomam em

consideração as variações relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do período na medida em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período.

# d. Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda quando a sua quantia escriturada for essencialmente recuperada através de uma venda e não através do seu uso continuado.

Considera-se que esta condição se verifica apenas quando a venda é altamente provável e o activo não corrente está disponível para venda imediata nas suas condições presentes. A correspondente venda deve estar concluída no prazo de um ano a contar da data da classificação do activo não corrente como disponível para venda.

Os activos não correntes classificados como detidos para venda são mensurados ao menor valor de entre a sua quantia escriturada antes da classificação e o seu justo valor.

### e. Activos Financeiros não incluídos nas alíneas acima

Os Activos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respectiva relação contratual.

Os Activos Financeiros não incluídos nas alíneas atrás e que não são valorizados ao justo valor estão valorizados ao custo ou ao custo amortizado líquido de perdas por imparidade, quando aplicável.

No final do ano a Empresa avaliou a imparidade destes activos. Sempre que existia uma evidência objectiva de imparidade, a Empresa reconheceu uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

A evidência objectiva de que um activo financeiro ou um grupo de activos poderia estar em imparidade, teve em conta dados observáveis que chamassem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- ► Significativa dificuldade financeira do devedor;
- ▶ Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- ► A Empresa, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que de outro modo não consideraria;
- ▶ Tornar-se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;
- ▶ Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de activos financeiros, desde o seu reconhecimento inicial.

Os activos financeiros individualmente significativos foram avaliados individualmente para efeitos de imparidade. Os restantes foram avaliados com base em similares características de risco de crédito.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Activos Financeiros.

#### e.1 Clientes

As contas a receber de Clientes são mensuradas, aquando do reconhecimento inicial, de acordo com os critérios de mensuração de Vendas e Prestações de Serviços descritos na alínea l) sendo subsequentemente mensuradas ao custo menos imparidade.

A imparidade é determinada com base nos critérios definidos na alínea e).

#### e.2 Adiantamentos a Fornecedores

Estes saldos não vencem juros nem têm implícito qualquer tipo de juro pelo que são apresentadas pelo respectivo valor nominal, deduzido de perdas por imparidade, sempre que aplicável, determinada com base nos critérios definidos na alínea e).

#### e.3 Outros Créditos a Receber

Os outros Créditos a receber encontram-se valorizadas da seguinte forma:

- ▶ Pessoal ao custo menos imparidade;
- ▶ Devedores por acréscimos de rendimentos ao custo menos imparidade;
- ▶ Outros devedores ao custo menos imparidade.

A imparidade, em ambos os casos, é determinada com base nos critérios definidos na alínea e).

### e.4 Caixa e Bancos

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Estes saldos estão mensurados ao custo.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" compreende, além da Caixa e Bancos, também, quando aplicável:

- ▶ Os descobertos bancários incluídos na rubrica de Financiamentos Obtidos do Balanço; e
- ▶ Os saldos de Caixa e equivalentes de caixa incluídos na rubrica de Activos Não Correntes Detidos para Venda.

#### f. Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos activos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos activos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

#### g. Diferimentos Activos e Passivos

Esta rubrica reflecte as transacções e outros acontecimentos, relativamente aos quais não é adequada a sua integral imputação aos resultados num único exercício.

# h. Rubricas dos Capitais Próprios

# h.1 Capital Realizado

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura. Durante esse prazo os Accionistas respectivos não têm direito a voto nas Assembleias Gerais nos termos definidos no art.º 384 igualmente do CSC.

# h.2 Reservas Legais

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do Capital Social.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no Capital Social (art.º 296 do CSC)

### h.3 Resultados Transitados

Esta rubrica não inclui quaisquer ganhos por aumentos de Justo Valor em Instrumentos Financeiros, Investimentos Financeiros e Propriedades de Investimento os quais, de acordo com o n.º 2 do art.º 32 do CSC, só estariam disponíveis para distribuição quando os elementos ou direitos que lhes deram origem fossem alienados, exercidos, extintos ou liquidados.

#### i. Provisões

Esta conta reflecte as obrigações presentes (legais ou construtivas) da entidade provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pelo melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro é material, a quantia de uma provisão é o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflecte as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo e que não reflecte riscos relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros tenham sido ajustados.

Seguem-se algumas especificidades relativas a algumas Provisões.

### i.1 Provisões para Processos Judiciais

Esta rubrica inclui a provisão para dois processos judiciais em curso relativos a IRC de 2003 e Acidente de Trabalho. Encontra-se mensurado pelo seu valor presente.

#### i.2 Outras Provisões

Esta rubrica inclui, entre outras, as seguintes provisões:

- ▶ Provisões para comissões a pagar, relacionadas com as prestações de serviços prestadas pela Empresa, penalizações e discussão de facturas;
- ▶ Provisões para saldos devedores de Fornecedores;
- Outras diversas.

Estas provisões estão registadas ao seu valor presente.

# j. Outros Passivos Financeiros não incluídos nas alíneas anteriores

Os Passivos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respectiva relação contratual.

Os Passivos financeiros não incluídos nas alíneas atrás estão valorizados ao custo ou ao custo amortizado nos termos indicados nas alíneas seguintes.

# j.1 Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são reconhecidas inicialmente pelo respectivo justo valor e, subsequentemente, são mensuradas ao custo.

# j.2 Adiantamentos de Clientes

Os Adiantamentos de Clientes não vencem juros nem têm implícitos quaisquer juros pelo que estão mensurados ao custo.

# j.3 Outras Dívidas a Pagar

As outras dívidas a pagar não vencem juros nem têm implícitos quaisquer juros pelo que estão mensuradas ao custo.

### k. Efeito das alterações das Taxas de Câmbio

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para Euro às taxas nas datas das transacções.

Os saldos que se mantenham em dívida no final do ano são convertidos à taxa de fecho e o diferencial é reconhecido em resultados.

# l. Prestações de Serviço

As Prestações de Serviço são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidades concedidos.

Quando a prestação do serviço inclui serviços subsequentes, a parte do rédito correspondente a esses serviços é diferida e reconhecida como rédito durante o período em que o serviço é executado.

Embora o rédito somente seja reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para a Empresa, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado de ser provável, é reconhecida como uma imparidade e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas ao reconhecimento das Prestações de Serviços.

# l.1 Prestações de Serviço

O rédito das Prestações de Serviços é reconhecido quando o desfecho da transacção pode ser fiavelmente estimado, o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- ► A quantia de crédito pode ser fiavelmente mensurada;
- ▶ É provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para a Empresa;
- ▶ A fase de acabamento da transacção à data do balanço pode ser fiavelmente mensurada; e
- ▶ Os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção podem ser fiavelmente mensurados.

A percentagem de acabamento é determinada tendo por base a proporção que os custos incorridos até à data tem nos custos totais estimados da prestação de serviços (referentes aos serviços executados ou a serem executados).

Pagamentos progressivos e adiantamentos de clientes não são tidos em conta para a determinação da percentagem de acabamento.

#### m. Gastos com o Pessoal

Os gastos com o pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos empregados independentemente da data do seu pagamento.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Gastos com o Pessoal.

#### m.1 Férias e Subsídio de Férias

De acordo com a legislação laboral em vigor, os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do Exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte, o qual se encontra reflectido na rubrica "Outras Dívidas a Pagar".

### m.2 Distribuição de Lucros a Empregados

As distribuições de Lucros a empregados são reconhecidas em Gastos com o Pessoal no período a que respeitam e não como uma distribuição de Resultados. Assim, foi reconhecido nos resultados do Exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte, o qual se encontra reflectido na rubrica "Outras Dívidas a Pagar".

# m.3 Benefícios de Cessação de Emprego

A Empresa reconhece um passivo e um gasto por Benefício de Cessação de emprego, quando já se comprometeu de forma demonstrável a:

- ▶ Cessar o emprego de um empregado ou grupo de empregados antes da data normal de reforma; ou
- ▶ Proporcionar benefícios de cessação como resultado de uma oferta feita a fim de encorajar a saída voluntária.

Considera-se que a Empresa já se comprometeu de forma demonstrável, quando tem um plano formal pormenorizado para a cessação e não exista possibilidade realista de retirada e quando o plano inclua, como mínimo:

- ▶ A localização, a função e o número aproximado de empregados cujos serviços estão para ser cessados;
- ▶ O benefício de cessação para cada classificação ou função de emprego; e
- ▶ Momento em que o plano será implementado.

Os Benefícios de Cessação de Emprego são reconhecidos como um gasto imediatamente e sempre que se vencem a mais de 12 meses após a data do balanço são mensurados pelo valor descontado.

No caso de ofertas feitas para encorajar a saída voluntária, a mensuração dos Benefícios de Cessação de Emprego é baseada no número de empregados que se espera que aceitem a oferta.

# n. Juros e gastos similares suportados

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem os juros suportados determinados com base no método da taxa de juro efectiva.

#### o. Activos e Passivos Contingentes

Um Activo Contingente é um possível activo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os Activos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um Passivo Contingente é:

- ▶ Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade, ou
- ▶ Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque:
- ▶ Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação, ou
- ▶ A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos, que podem nunca se tornar efectivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros, que não seja remota.

### 3.2 Juízos de valor efectuados no processo de aplicação das políticas contabilísticas

### a. Vidas úteis dos Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis

A vida útil de um activo é o período durante o qual uma entidade espera que esse activo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada Exercício económico.

O método de amortização/depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efectiva de um activo.

Estes parâmetros são definidos, de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os activos e negócios em questão, considerando também as práticas adoptadas por empresas dos sectores em que a Empresa opera.

#### **b.** Impostos Diferidos Activos

A empresa regista impostos diferidos de acordo com a NCRF 25.

Estes decorrem da existência de diferenças temporárias dedutíveis e/ou tributáveis e têm como objectivo uma correcta especialização do imposto sobre o rendimento do período.

A adopção da norma referida inclui a possibilidade de que a recuperação ou liquidação de uma determinada quantia, inerente a activos ou passivos, possibilite que os pagamentos de impostos futuros sejam maiores ou menores do que supostamente seriam, se tais recuperações e/ou liquidações não existissem.

# c. Reconhecimento de Prestações de Serviços

A empresa reconhece o rédito de acordo com o preconizado na NCRF 20.

O rédito associado a uma transacção deve ser reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data do balanço, quando o desfecho da referida transacção que envolva a prestação de serviços possa ser fiavelmente estimado. Todas as condições seguintes devem ser satisfeitas:

- ► A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- ▶ Seja provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para a entidade;
- ▶ A fase de acabamento da transacção à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e
- ▶ Os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção possam ser fiavelmente mensurados.

O reconhecimento do rédito com referência à fase de acabamento de uma transacção é muitas vezes referido como o método da percentagem de acabamento. Por este método, o rédito é reconhecido nos períodos contabilísticos em que os serviços sejam prestados. O reconhecimento do rédito nesta base proporciona informação útil sobre a extensão da actividade de serviço e desempenho durante um período.

A fase de acabamento de uma transacção pode ser determinada por uma variedade de métodos. Uma entidade usa o método que mensure fiavelmente os serviços executados.

Dependendo da natureza da transacção, os métodos podem incluir:

- a) Vistorias do trabalho executado:
- b) Serviços executados até à data, expressos como uma percentagem do total dos serviços a serem executados; ou
- c) A proporção que os custos incorridos até à data tenham com os custos totais estimados da transacção. Somente os custos que reflictam serviços executados até à data são incluídos nos custos incorridos até à data. Somente os custos que reflictam serviços executados ou a serem executados são incluídos nos custos totais estimados da transacção.

Os pagamentos progressivos e os adiantamentos recebidos de clientes não reflectem muitas vezes os servicos executados.

Quando o desfecho da transacção que envolva a prestação de serviços não possa ser estimado com fiabilidade, o rédito somente deve ser reconhecido na medida em que sejam recuperáveis os gastos reconhecidos.

A Empresa utiliza o método da percentagem de acabamento no reconhecimento das suas Prestações de Serviço. A utilização deste método requer que a Empresa estime os serviços executados como uma percentagem do total de serviços a serem executados os quais também necessitam de ser estimados

# d. Provisões para Impostos

A Empresa, suportada nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correcções materiais nas demonstrações financeiras consolidadas, que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos.

#### 3.3 Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas acções que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

# a. Imparidade de Activos Não Financeiros

A imparidade ocorre quando o valor contabilístico de um activo ou de uma unidade geradora de caixa excede a sua quantia recuperável, a qual é a mais alta entre o justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso.

O cálculo do justo valor menos os custos de vender é baseado na informação que existe de contratos já firmados em transacções de activos similares, com entidades nas quais não existe relacionamento entre elas, ou preços observáveis no mercado menos custos incrementais para vender o activo.

O valor em uso é calculado com base num modelo de fluxos de caixa descontados, que têm em conta um orçamento para os próximos cinco anos, o qual não inclui actividades de reestruturação, relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso, nem investimentos futuros significativos, destinados a melhorar os benefícios económicos futuros, que advirão da unidade geradora de caixa que está a ser testada.

A quantia recuperável é sensível sobretudo:

- ▶ Quota de mercado durante o período orçamental;
- ► Inflação no preço das matérias primas;
- ► Margem bruta;
- ▶ Taxa de crescimento usada para extrapolar os fluxos de caixa para além de 5 anos;
- ► Taxas de desconto usada para fazer o desconto dos fluxos de caixa futuros.

### b. Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco tal como referido no parágrafo 3.1.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efectuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do Balanço, os quais poderão vir a divergir do risco efectivo a incorrer no futuro.

#### c. Provisões

O reconhecimento de Provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade. Estes factores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo da Empresa, pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

#### d. Locações

Os Contratos de Locação, em que a Empresa age como locatário, são classificados como Locações Financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como Locações Operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das Locações em Financeiras ou Operacionais é feita em função da substancia e não da forma do Contrato.

Nas Locações consideradas como Operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na Demonstração de Resultados numa base linear durante o período do Contrato de Locação.

# 4. Fluxos de caixa

As rubricas de Caixa e Bancos no Balanço decompõem-se da seguinte forma:

	2016	2015
Caixa	97.633,86	126.477,41
Depósitos à Ordem	1.438.833,73	1.801.568,50
Outros Depósitos Bancários	37.000.000,00	50.000.000,00
	38.536.467,59	51.928.045,91

# 5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

No Exercício de 2016 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, alterações em estimativas contabilísticas ou erros, passíveis de serem reportados na presente Nota.

# 6. Partes relacionadas

O Grupo onde a Empresa se insere é composto pelas seguintes Entidades:

	:			Natureza do Relacionamento		
Nome	Localização	% de Interesse	% de Voto	Serviços que a Lisnave presta/ Transacções que faz	Serviços que a Lisnave recebe/ Transacções que recebe	
Navivessel, Estudos e Projectos Navais, S.A.	Portugal	72,83%	72,83%	Dividendos	Serviços de Consultadoria	
ThyssenKrupp Industrial Solutions AG	Alemanha	20,00%	20,00%	Dividendos		
Parpública, SGPS, S.A.	Portugal	2,97%	2,97%	Dividendos	Vogal de Conselho Fiscal e Administrador Não Executivo	
Público (OPT)	:	4,20%	4,20%	Dividendos		
Lisnave Infraestruturas	Portugal	-	-	Reabilitação do Estaleiro	Renda do Estaleiro	
Repropel	Portugal	-	-	Serviços de apoio a reparações e comissões	Serviços de Reparações de Hélices	
Gaslimpo	Portugal	-	_	Serviços de apoio	Serviço de Pesquisa de Gases	
Rebocalis	Portugal	-	-	Serviços de apoio	Serviço de Marinharia	
Lisnave Internacional	: Portugal	-	-		Serviços Internacionais	
Tecor	Portugal	-	-	Serviços de apoio	Serviços técnicos de apoio a navios (tratamento de superfícies)	
NavalRocha	Portugal	-	-		<u>:</u>	
Navalset	Portugal	-	-		Apoio e Assessoria Jurídica	
LisnaveYards	Portugal	-	-	Serviços de apoio	Prestação de serviços de subempreitadas para reparações	
Dakarnave	Senegal	-	-			

A Empresa-mãe é a Navivessel – Estudos e Projectos Navais, S.A., com Sede em Portugal.

A Empresa-mãe controladora final é a empresa Navalset – Serviços Industriais e Navais, S.A..

A quantia das transacções, dos saldos pendentes, dos ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados com os saldos pendentes e os gastos reconhecidos durante o período a respeito de dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa de partes relacionadas, são os indicados no quadro seguinte:

Nome	Ano	Clientes	Fornecedores	Vendas e Prest. Serv.	Compras	FSEs
Navivessel, Estudos e projectos Navais, S.A.	2016	500,00	311.929,95	-	-	294.406,32
	2015	505,00	311.929,95	- :	-	314.406,32
ThyssenKrupp Industrial Solutions AG	2016	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-
Parpública, S.A.   Estado Português	2016	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-
Público (OPT)	2016	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-
Lisnave Infraestruturas	2016	1.231,05	4.090.935,50	189.044,46	-	3.556.135,53
	2015	-	761.470,52	2.876.045,49	-	4.937.156.46
Repropel	2016	39.346,10	9.158,58	118.253,74	-	37.293,50
	2015	33.919,66	-	116.003,81	-	13.434,00
Gaslimpo	2016	5.400,09	220.933,97	15.553,64	121.598,68	607.304,49
	2015	4.209,20	272.599,08	14.065,24	98.710,75	585.026,60
Rebocalis	2016	8.668,64	278.845,34	21.723,42	-	965.290,83
	2015	11.799,79	393.782,11	29.740,43	-	1.182.360,34
Lisnave Internacional	2016	500,00	25.563,70	2.506,00	-	90.370,15
	2015	15.749,54	27.363,19	15.811,96	-	90.884,52
Tecor	2016	68.580,05	2.947.616,86	190.290,73	-	8.788.418,30
	2015	224.060,44	4.760.184,46	357.382,85	-	10.997.379,27
NavalRocha	2016	-	-	1.030,00	-	-
	2015	-	-	-	-	-
Navalset	2016	500,00	5.535,00	- :	-	18.000,00
	2015	500,00	5.535,00	-	-	18.000,00
LisnaveYards	2016	100.618,57	2.400.096,25	454.386,92	-	7.686.989,19
	2015	122.398,85	2.298.714,59	419.792,33	-	6.631.792,47
Dakarnave	2016	-	-	-	-	-
	2015	_	-			-

# 7. Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento respeitam ao terreno da Quinta da Chanoca, o qual está detido para valorização de capital. Esta rubrica não registou qualquer movimento nos Exercícios de 2015 e 2016.

# 8. Activos Fixos Tangíveis e Activos não correntes detidos para Venda

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período é a seguinte:

	Edifícios	•			_		
	e outras construções	Equipamento Básico		Equipamento Administrativo		Imobilizações em curso	
Custo							
01 de Janeiro de 2015	1.873.185,46	6.462.117,34	137.142,19	1.492.456,45	6.605.358,30	433.137,54	17.003.397,28
Aumentos	-	-	-	-	-	1.297.753,45	1.297.753,45
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-
Aquisições de uma subsidiária	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	1.448.423,87	20.724,00	105.028,93	88.918,52	(1.683.643,32)	(20.548,00)
Alienações	- :	-	(12.469,95)	-	-	-	(12.469,95)
Abates	-	(595,01)	-	-	-	-	(595,01)
Diferenças de Câmbio	-	-	-	-	-	-	-
31 de Dezembro de 2015	1.873.185,46	7.909.946,20	145.396,24	1.597.485,38	6.694.276,82	47.247,67	18.267.537,77
Aumentos	-	-	-	-	-	1.507.860,26	1.507.860,26
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-
Aquisições de uma subsidiária	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	1.870,00	393.429,61	2.860,00	72.700,44	46.023,54	(516.883,59)	-
Alienações	- :	-	-	-	-	-	-
Abates	-	(108.400,00)	-	(5.072,16)	-	-	(113.472,16)
Diferenças de Câmbio	-	-	-	-	-	-	-
31 de Dezembro de 2016	1.875.055,46	8.194.975,81	148.256,24	1.665.113,66	6.740.300,36	1.038.224,34	19.661.925,87

	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico		Equipamento Administrativo	Outros Activos Fixos	Imobilizações em curso	Total Activos Tangíveis
Custo				:			
01 de Janeiro de 2015	801.193,99	3.926.275,98	51.032,38	1.045.067,17	6.492.724,70	-	12.316.294,22
Amortizações	108.117,99	431.369,11	34.427,27	107.700,40	67.890,36	-	749.505,13
Revalorizações	- :	-	-	-	-	-	
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	(12.469,95)	-	-	-	(12.469,95)
Abates	-	(535,51)	-	-	-	-	(535,51)
Diferenças de Câmbio	-	-	-	-	-	-	-
Imparidade	-	-	-	-	-		-
31 de Dezembro de 2015	909.311,98	4.357.109,58	72.989,70	1.152.767,57	6.560.615,06	-	13.052.793,89
Amortizações	109.053,03	444.859,59	35.133,28	105.577,54	53.220,63	-	747.844,07
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-		-	-	-	-
Abates		(108.400,00)	-	(3.949,20)	-	-	(112.349,20)
Diferenças de Câmbio	-	-	-	-	-	-	-
Imparidade	-	-	-	-	-	-	-
31 de Dezembro de 2016	1.018.365,01	4.693.569,17	108.122,98	1.254.395,91	6.613.835,69	-	13.688.288,76
Valor Líquido Contabilístico:							
A 31 de Dez. de 2016	856.690,45	3.501.406,64	40.133,26	410.717,75	126.464,67	1.038.224,34	5.973.637,11
A 31 de Dez. de 2015	963.873,48		-	:		·	
A 01 de Janeiro de 2015	1.071.991,47	2.535.841,36	86.109,81	447.389,28	112.633,60	433.137,54	4.687.103,06

No período findo a Empresa registou em Activos não correntes detidos para venda o seguinte:

	:	2016	2015
Activos não correntes detidos para venda			
Bruto		600.000,00	600.000,00
Imparidade		(150.000,00)	(150.000,00)
		450.000,00	450.000,00

# 9. Imparidade de Activos Não Correntes

A quantia de imparidade em Activos não correntes detidos para venda foi de 150.000,00 euros.

De acordo com a NCRF 12, uma entidade deve avaliar em cada data de relato se há qualquer indicação de que um activo possa estar com imparidade. Caso exista, a entidade deve estimar a quantia recuperável do activo. Durante o ano de 2016, não foi pedido nova avaliação externa por se entender que o valor do Activo estava devidamente valorizado.

Não foram registadas no ano quaisquer imparidades de activos fixos tangíveis ou em propriedades de investimento.

### 10. Inventários

A quantia total escriturada de inventários:

	2016	2015
Matérias primas, Subs. e de Consumo		
Valor Bruto	2.527.431,61	2.284.650,07
Imparidades	(450.092,06)	(433.847,81)
	2.077.339,55	1.850.802,26

As quantias de inventários reconhecidas como gasto durante o período encontram-se nos quadros seguintes.

a) Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:

	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo
Existências em 1 de Janeiro de 2015	2.272.118,80
Compras	6.199.553,29
Existências em 31 de Dezembro de 2015	2.284.650,07
	6.187.022,02
Existências em 1 de Janeiro de 2016	2.284.650,07
Compras	9.187.903,13
Existências em 31 de Dezembro de 2016	2.527.431,61
	8.945.121,59

b) Imparidade de inventários reconhecida como um gasto/rendimento do período:

	2016	2015
Perdas por Imparidade		
Matérias primas, Subs. e de Consumo	16.244,25	11.587,58
	16.244,25	11.587,58
Reversões de Perdas por Imparidade		
Matérias primas, Subs. e de Consumo		-
	16.244,25	11.587,58

# 11. Rédito

O rédito discrimina-se da seguinte forma:

	2016	2015
Venda de Mercadorias		
Subprodutos, Resíduos e Refugos		
Portugal	606.204,62	508.193,57
	606.204,62	508.193,57
Prestações de Serviços		
Serviços		
Total Europa	34.173.424,07	48.892.189,23
Portugal	1.612.861,28	12.815.478,84
U.E.	18.135.829,18	34.885.878,54
Outros	14.424.733,61	1.190.831,85
Total África	7.401.992,00	4.361.941,39
Total América	48.015.907,12	46.183.148,37
Total Ásia	8.429.505,96	6.872.898,93
Total Oceânia	3.501.266,75	7.823.287,00
	101.522.095,90	114.133.464,92
	102.128.300,52	114.641.658,49

Anos	Subprodutos, Res. e Refugos	Reparações	Outras Actividades	Prestações de Serviços	Total
2016	606.204,62	100.354.343,67	561.172,43 :	606.579,80	102.128.300,52
2015	508.193,57	109.857.966,45	3.489.798,84	785.699,63	114.641.658,49

# 12. Provisões

O movimento ocorrido nas Provisões, por cada provisão, encontra-se reflectido no quadro seguinte:

	Provisões para Processos Judiciais em Curso	Provisões para notas de crédito	saldos devedores	Provisões para Comissões / claim		Total
A 01 de Jan. de 2015	360.189,30	300.000,00	360.536,19	1.117.813,00	65.000,00	2.203.538,49
Aumentos do ano	118.231,42	-	170.893,83	1.170.147,00	142.000,00	1.601.272,25
Utilizações no ano	(315.902,96)	(11.846,71)	-	(1.018.815,00)	-	(1.346.564,67)
Reversões do ano	-	(288.153,29)	(33.763,64)	(35,00)	-	(321.951,93)
A 31 de Dez. de 2015	162.517,76	-	497.666,38	1.269.110,00	207.000,00	2.136.294,14
A 01 de Jan. de 2016	162.517,76	_	497.666,38	1.269.110,00	207.000,00	2.136.294,14
Aumentos do ano	-	150.000,00	158.419,81	1.591.233,05	815.000,00	2.714.652,86
Utilizações no ano	-	-	-	(784.941,00)	-	(784.941,00)
Reversões do ano	-	-	-	(305.976,00)	(35.000,00)	(340.976,00)
A 31 de Dez. de 2016	162.517,76	150.000,00	656.086,19	1.769.426,05	987.000,00	3.725.030,00

## 13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

A quantia das diferenças de Câmbio reconhecidas nos resultados é a que se indica no quadro seguinte:

		2016	2015
Diferenças de câmbio favoráveis incluídas em:			
Outros rendimentos e ganhos		8.032,97	7.784,54
		8.032,97	7.784,54
Diferenças de câmbio desfavoráveis incluídas em:			
Outros gastos e perdas	<u>;</u>	4.997,01	11.751,30
	:	4.997,01	11.751,30

## 14.Imposto Sobre o Rendimento

O Gasto (Rendimento) por Impostos Correntes é o indicado no quadro seguinte:

	2016	2015
Imposto Corrente		
IRC do ano	3.409.523,16	5.278.321,37
Imposto Diferido		
Originados e objecto de reversão por diferenças temporárias	(750.149,69)	145.167,93
Outros movimentos	-	-
	2.659.374,47	5.423.489,30

O Ajustamento reconhecido no período de Impostos Correntes de períodos anteriores é o indicado no quadro seguinte:

		2016	2015
Excesso de Estimativa para Impostos		-	-
Insuficiência de Estimativa para Impostos		63.597,25	63.172,98
	:	63.597,25	63.172,98

Durante o Exercício de 2016, não ocorreram alterações nas taxas de tributação nem lançamento de novos impostos.

A alteração do valor registado em impostos diferidos decorre da variação da sua base (diferenças temporárias tributadas).

A reconciliação numérica entre a taxa média efectiva de imposto e a Taxa de Imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte.

	Base de Ir	Base de Imposto		sto
	2016	2015	2016	2015
Resultado antes de impostos	9.374.210,97	: 19.035.387,98		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	21%	21%		
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	1.968.584,30	3.997.431,48	21,00%	21,00%
Proveitos não tributáveis				
Mais valias contabilísticas	-	126,01		
Reversão de provisões tributadas em anos anteriores	2.475.377,79	1.917.949,60		
Seguro Excellentia	434.009,00	1.002.011,00		
Excesso de estimativa p/Imp. e Restituição Imposto	60.356,53	-		
Benefícios Fiscais	101.553,38	91.410,63		
	3.071.296,70	3.011.497,24	(6,88%)	(3,32%)
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais				
Donativos	10.000,00	-		
Multas, coimas e juros compensatórios	909,86	978,25		
Gastos não documentados	431.938,42	315.757,37		
Variações patrimoniais positivas	-	-		
Amortizações e Abates não aceites fiscalmente	13.830,24	12.703,27		
Provisões para além limites legais	2.714.652,86	1.624.897,25		
Registo de perdas de Imparidade	16.244,25	11.587,58		
Créditos Incobráveis	1.532.340,42	-		
Insuficiência Estimativa para Impostos	63.597,25	63.172,98		
Seguro Excellentia	-	432.725,00		
Correcções relativas a Exercícios anteriores	467.754,94	47.999,11		
Outros	139.437,83	214.899,73		
	25.390.706,07	2.724.720,54	12,08%	3,01%

	Base de Im	posto	Taxa de Impos	sto
	2015	2014	2015	2014
Lucro tributável	11.693.620,34	18.748.611,29		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	21,00%	21,00%	:	
Imposto calculado	2.455.660,26	3.937.208,37	26,20%	20,68%
		:	:	
Tributação autónoma	388.777,57	317.453,26	4,15%	1,67%
Derrama	175.404,31	281.229,17	1,87%	1,48%
Derrama Estadual	389.681,02	742.430,57	4,16%	3,90%
Efeito do aumento / reversão de Impostos diferidos	(750.148,69)	145.167,93	(8,00%)	0,76%
	203.714,21	1.486.280,93	2,17%	7,81%
Imposto sobre o Rendimento	2.659.374,47	5.423.489,30	28,37%	28,49%

# Os Impostos Diferidos discriminam-se como segue:

	Contas E	Contas Balanço		ação Resultados
	2016	2016 2015		2015
			:	
Impostos Diferidos Activos				
Outras	938.589,63	-	938.589,63	-
Seguro Excellentia	34.974,73	223.415,67	(188.440,94)	(145.167,93)
	973.564,36	223.415,67	750.148,69	(145.167,93)

# 15. Instrumentos Financeiros

As divulgações desta nota abrangem as seguintes rubricas do Balanço:

	2016	2015
Activos		
Não Corrente		
Outros Activos Financeiros	913.945,89	883.038,89
Corrente		
Clientes		
Bruto	15.286.929,09	15.142.661,71
Imparidades	(543.263,51)	(2.101.643,03)
Adiantamentos a Fornecedores	509.654,01	221.380,02
Outros Créditos a Receber	3.959.214,46	3.257.667,72
	19.212.534,05	16.520.066,42
Passivos		
Não Corrente		
Outras Dívidas a pagar	137.155,81	876.139,89
Corrente		
Fornecedores	25.303.935,28	24.869.446,66
Adiantamentos de Clientes	29.230,36	35.830,36
Outras Dívidas a Pagar	7.585.682,99	7.211.598,59
	32.918.848,63	32.116.875,61
Capital Próprio		
Capital social	5.000.000	5.000.000
	5.000.000	5.000.000

# 15.1 Clientes

A antiguidade do Saldo de Clientes decompõem-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Valor Bruto	Imparidade	Saldo Liquido
2016	15.286.929,09	543.263,51	14.743.665,58
2015	15.142.661,71	2.101.643,03	13.041.018,68

			Dívida Vencida				
	<u>.</u>	Dívida não					
	Saldo Líquido	Vencida	< 30 Dias	30-60 Dias	61-90 Dias	91-120 Dias	> 120 Dias
2016	14.743.665,58	10.371.388,45	1.377.315,00	1.772.375,60	119.600,00	925.771,60	177.214,93
2015	13.041.018,68	9.420.380,56	998.419,71	150.366,63	330,87	261.551,13	2.209.969,78

O movimento ocorrido na rubrica de Imparidade de Dívidas a Receber discrimina-se como segue:

	Saldo Inicial	Reforço	Utilização	Reversão	Saldo Final
				:	
Exercício de 2016				į	
Clientes	2.101.643,03	-	(1.558.379,52)	-	543.263,51
	2.101.643,03	-	(1.558.379,52)	-	543.263,51
Exercício de 2015					
Clientes	2.327.451,03	- :	- :	(225.808,00)	2.101.643,03
	2.327.451,03	-	-	(225.808,00)	2.101.643,03

### 15.2 Outros Créditos a Receber

Os outros créditos a receber discriminam-se como segue:

	2016	2015
Outros créditos a receber não correntes		
Devedores por acrescimo de rendimentos		
Rédito das encomendas em curso	3.525.178,42	2.490.434,03
Juros Depósitos a Prazo	12.420,00	27.371,00
Outros	120.199,22	214.414,33
Outros devedores e credores		
Pessoal	931,85	147.359,56
Processos Judiciais	44.286,34	85.188,34
Outros	256.198,63	292.900,46
	3.959.214,46	3.257.667,72

Por forma a garantir o tratamento contabilístico em conformidade com a NCRF 20 para as reparações /obras que transitam em curso para o Exercício de 2017, procedeu-se a uma análise do rédito e gastos associados a cada uma delas. Face aos gastos já incorridos, facturação já emitida e margem/mark-up estimados, procedeu-se ao registo de um acréscimo de rendimentos em conformidade. A variação desta rubrica relaciona-se com grandes reparações que transitam de ano, que se estima que sejam concluídas durante o primeiro trimestre de 2017.

# 15.3 Fornecedores

O saldo de Fornecedores decompõe-se da seguinte forma:

	2016	2015
Fornecedores conta corrente		
Nacionais	22.998.449,84	22.882.992,02
Estrangeiros	814.814,79	133.085,89
Empresa Mãe	311.929,95	311.929,95
Fornecedores recepção e conferencia	1.178.740,70	1.541.438,80
	25.303.935,28	24.869.446,66
Adiantamentos a fornecedores		
Nacionais	406.541,27	211.973,93
Estrangeiros	103.112,74	9.406,09
	509.654,01	221.380,02

# 15.4 Outras contas a pagar

As Outras Contas a Pagar discriminam-se como segue:

	2016	2015
Outras Dívidas a Pagar – Não Correntes		
Outros Activos Financeiros	137.155,81	876.139,89
Outras Dívidas a Pagar – Correntes		
Credores por acréscimos de gastos		
Seguros	134.551,35	7.489,44
Remunerações a liquidar – férias e subsídio de férias	1.450.188,18	1.531.345,40
Prestadores de Serviços	70.000,00	70.000,00
Trabalhos Especializados	12.000,00	12.000,00
Renda Estaleiro	(326.700,79)	186.221,55
Comissões	2.447.353,22	2.516.886,61
Obras Internas	728.782,58	408.249,24
Centros de Custo	1.247.796,87	652.975,10
Custos Projectos	157.479,57	34.576,93
Outros	153.591,62	204.816,08
Agentes	272.824,17	56.562,33
Outros devedores e credores		
Pessoal – Gratificações de Balanço	1.200.000,00	1.500.000,00
Diversos	37.816,22	30.475,91
	7.585.682,99	7.211.598,59

## 15.5 Capital Social

As quantias do Capital Social nominal e do Capital Social por realizar e respectivos prazos de realização são as indicadas no quadro seguinte.

	2016	2015
Capital Social nominal emitido	5.000.000,00	5.000.000,00
Capital Social nominal emitido e realizado		
NAVIVESSEL, ESTUDOS E PROJECTOS NAVAIS, S.A.	3.641.745,00	3.641.720,00
THYSSENKRUPP INDUSTRIAL SOLUTIONS AG	1.000.000,00	1.000.000,00
PARPÚBLICA, PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS, SGPS, S.A.	148.330,00	148.330,00
PÚBLICO (OPT)	209.925,00	209.950,00
	5.000.000,00	5.000.000,00
Capital por realizar	-	-

O Capital Social é representado por 1.000.000 Acções Nominativas, com valor nominal de 5,00 Euros cada.

## 15.6 Garantias

Os activos financeiros dados em garantia, em penhor ou promessa de penhor como colateral são os seguintes:

Entidades	Beneficiários :	Moeda :	Montante
M/BCP	Alfândega de Lisboa	EUR	55.660,96
M/BCP	Alfândega de Setúbal	EUR	100.000,00
M/BCP	Alfândega de Lisboa	EUR	24.939,90
NOVO BANCO	PDV MARINA, SA	EUR	100.000,00
NOVO BANCO	PDV MARINA, SA.	EUR	120.000,00
NOVO BANCO	PDV MARINA, SA.	EUR	50.000,00
NOVO BANCO	PDV MARINA, SA.	EUR	120.000,00
SANTANDER TOTTA	SAIPEM (PORTUGAL), LDA	EUR	461.531,70

### 15.7 Riscos relativos a instrumentos financeiros

O risco financeiro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro virem a variar e de se virem a obter resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando o valor patrimonial da Empresa.

No desenvolvimento das suas actividades correntes, a Empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros susceptíveis de alterarem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias:

- ▶ Risco de mercado
  - ▶ Risco de taxa de juro
  - ▶ Risco de taxa de câmbio
  - ► Outros riscos de preço
- ▶ Risco de crédito
- ► Risco de liquidez

A gestão dos riscos acima referidos – riscos que decorrem, em grande medida, da imprevisibilidade dos mercados financeiros – exige a aplicação criteriosa de um conjunto de regras e metodologias aprovadas pela Administração, cujo objectivo último é a minimização do seu potencial impacto negativo no valor patrimonial e no desempenho da Empresa.

Com este objectivo, toda a gestão é orientada em função de duas preocupações essenciais:

- ▶ Reduzir, sempre que possível, flutuações nos resultados e cash-flows sujeitos a situações de risco;
- ▶ Limitar os desvios face aos resultados previsionais, através de um planeamento financeiro rigoroso, assente em orçamentos plurianuais.

Por regra, a Empresa não assume posições especulativas, pelo que geralmente as operações efectuadas no âmbito da gestão dos riscos financeiros têm por finalidade o controlo de riscos já existentes e aos quais a Empresa se encontra exposta.

A Administração define princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, o risco de liquidez, o risco de crédito e o uso de instrumentos financeiros derivados ou não derivados e o investimento do excesso de liquidez.

A gestão dos riscos financeiros – incluindo a sua identificação e avaliação – é conduzida pela Direcção Financeira de acordo com políticas aprovadas pela Administração.

#### Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro vir a variar, devido a alterações nas taxas de juro de mercado, alterando o valor patrimonial da Empresa.

A Empresa não tem financiamentos, pelo que não está sujeita ao risco de taxa de juro.

#### Risco de Taxa de Câmbio

O risco de taxa de câmbio é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa de um instrumento financeiro virem a variar em resultado de alterações nas taxas de câmbio.

A internacionalização da Empresa obriga-a a estar exposta ao risco de taxa de câmbio das moedas de diferentes países.

A exposição ao risco de taxa de câmbio resulta fundamentalmente das actividades operacionais da Empresa (em que os gastos, rendimentos, activos e passivos são denominados em moedas diferentes da moeda de relato). No entanto, as transacções e saldos em moeda estrangeira são imateriais.

#### Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações ao abrigo de um instrumento financeiro originando uma perda.

A Empresa encontra-se sujeita a risco no crédito que concerne às seguintes actividades operacionais – Clientes, Fornecedores e Outros Créditos a Receber e Outras Dívidas a Pagar.

A gestão do risco de crédito relativo a Clientes e Outros Créditos a Receber é efectuada da seguinte forma:

- ► Seguindo políticas procedimentos e controlos estabelecido pela Empresa;
- ▶ Os valores em dívida são regularmente monitorizados;
- ▶ Para clientes novos, com pouca antiguidade de relação com a Empresa, são pedidos pagamentos antecipados de parte da encomenda efectuada:
- ▶ A Empresa tem em vigor um seguro de crédito.

#### 16. Gastos com o Pessoal

O detalhe dos Gastos com o Pessoal é o indicado no quadro seguinte:

	2016	2015
Remunerações dos Órgãos Sociais	828.764,62	827.642,80
Remunerações do Pessoal	8.975.788,70	9.722.975,99
Outros Remunerações		
Encargos sobre Remunerações	1.963.772,13	2.072.053,93
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	225.771,77	219.746,11
Gastos de Acção social	827.045,78	771.762,46
Outros gastos com o Pessoal	(432.044,74)	434.949,23
	12.389.098,26	14.049.130,52

A Empresa constituiu em 2008 uma Apólice (OEXL103112067) que se traduz num investimento financeiro a 10 anos (nota 15), com o objectivo de maximizar a sua rentabilidade financeira. Este investimento financeiro é apresentado, em balanço, no activo não corrente pelo valor de 913.946 Euros (2015: 883.039). Este investimento teve no ano corrente um rendimento financeiro de 30.907 Euros (nota 17.5).

No que respeita ao valor das responsabilidades por serviços passados (líquido o activo da apólice OEXL103112068), este é apresentado no passivo por um valor de 137.156 Euros (2015: 876.140). O valor da responsabilidade foi ajustado pelo gastos de juros, ganhos actuariais e rendimentos financeiros da apólice OEXL103112068, num total líquido de (434.009) Euros (gastos com o pessoal).

O ganho actuarial é gerado maioritariamente pela redução da população segura. Esta redução de responsabilidade leva à necessidade de não haver ajustamento contributivo no corrente ano. A perda financeira ao nível dos activos que financiam as responsabilidades decorre da diferença entre a rentabilidade real e o pressuposto de rentabilidade de longo prazo.

Os valores atrás indicados, suportados por estudo técnico elaborado por entidade independente, tomaram em consideração as adequadas variáveis.

## 17. Outras informações

## 17.1 Estado e Outros Entes Públicos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2016	2015
Saldo a receber		
Imposto sobre o rendimento	963.835,49	-
IVA	3.216.320,48	3.146.196,46
	4.180.155,97	3.146.196,46
Saldo a pagar		
Imposto sobre o rendimento	-	3.846.339,51
Retenções Imposto sobre Rendimento	295.168,23	278.886,91
Contribuição para a Segurança Social	227.464,44	239.980,92
	522.632,67	4.365.207,34

O valor de imposto sobre o rendimento apresentado no quadro acima corresponde à estimativa de imposto deduzida dos pagamentos especiais por conta, pagamentos adicionais por conta e retenções na fonte efectuadas durante o ano de 2016.

### 17.2 Diferimentos

Os gastos a reconhecer discriminam-se como segue:

	2016	2015
Gastos a reconhecer		
Seguros	140.440,29	187.054,24
Assistência Software	66.295,43	31.172,76
Contrato Publicidade	5.544,27	6.345,66
Outros Gastos	19.344,91	22.873,84
	231.624,90	247.446,50

	2016	2015
Ganhos a reconhecer		
Reparações	2.313.998,80	1.252.472,00
	2.313.998,80	1.252.472,00

# 17.3 Reservas e Resultados

	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	Total
Saldo em 01 de Janeiro de 2015	1.398.173,26	21.797.469,15	6.476.325,92	29.671.968,33
Constituição da Reserva legal		-	-	-
Dividendos		(6.000.000,00)	-	(6.000.000,00)
Remanescente da aplicação de Resultados		6.476.325,92	(6.476.325,92)	-
Resultado do ano	-:	-	13.611.898,68	13.611.898,68
Outros		-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	1.398.173,26	22.273.795,07	13.611.898,68	37.283.867,01
Saldo em 01 de Janeiro de 2016	1.398.173,26	22.273.795,07	13.611.898,68	37.283.867,01
Constituição da Reserva legal		-	- :	-
Dividendos		(13.500.000,00)	- :	(13.500.000,00)
Remanescente da aplicação de Resultados		13.611.898,68	(13.611.898,68)	-
Resultado do ano		-	6.714.836,50	6.714.836,50
Outros		-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	1.398.173,26	22.385.693,75	6.714.836,50	30.498.703,51

# 17.4 Fornecimentos e Serviços Externos

	2016	2015
Subcontratos	43.998.254,45	47.851.519,47
Trabalhos especializados	2.729.826,00	2.329.194,67
Publicidade e propaganda	112.407,53	95.176,00
Vigilância e segurança	462.159,87	445.789,06
Honorários	403.375,14	417.603,24
Comissões	1.736.667,34	1.973.289,09
Conservação e reparação	4.440.326,62	4.275.384,07
Ferramentas e utensílios	557.771,52	282.794,22
Livros e documentação técnica	32.456,80	26.625,91
Material de escritório	59.760,08	61.401,74
Artigos para oferta	84.978,80	138.561,83
Electricidade	2.074.214,77	2.402.070,15
Combustíveis	1.024.342,76	1.181.366,11
Deslocações e estadas	238.427,96	268.956,25
Transportes de Pessoal/Mercadorias	1.118.300,92	1.083.725,09
Rendas e alugueres	5.183.451,26	7.009.510,54
Comunicação	115.375,53	116.726,28
Seguros	1.461.676,66	1.512.350,92
Royalties	27.027,90	41.752,44
Contencioso e notariado	2.605,24	1.849,20
Despesas de representação	147.538,88	158.252,55
Limpeza, higiene e conforto	319.480,38	317.827,97
Outros	2.562.140,36	2.400.568,79
	68.892.566,77	74.392.295,59

## Locações Operacionais

Durante os exercícios de 2015 e 2016 foram reconhecidos como custos os montantes de 143.732,02 e 154.246,65 Euros, respectivamente, relativos a rendas a título de contratos de locação operacional, incluídos na rubrica de Rendas e alugueres.

Adicionalmente, à data de balanço a sociedade detinha contratos de locação Operacional, cujas rendas vencem como se segue:

	2016	2015
Total dos futuros pagamentos mínimos		
Não mais de um ano	166.362,95	134.838,97
Mais de um ano e não mais de 5 anos	106.672,74	192.515,92
Mais de 5 anos	-	<u>-</u> _
	273.035,69	327.354,89

### 17.5 Outros Rendimentos e Ganhos

	2016	2015
Rendimentos Suplementares		
Outros	447.823,64	445.433,82
Descontos de pronto pagamento obtidos	198.246,57	140.970,30
Ganhos em Inventários	89.354,55	80.766,24
Rendimentos e ganhos nos restantes Activos		
Diferenças de Câmbio	8.032,97	7.784,54
Rendimentos e Ganhos em Investimentos Não Financeiros		
Alienações	-	126,01
Outros	14.285,54	45.719,38
Outros		
Correcções relativas a períodos anteriores	952.626,69	542.123,51
Excesso da estimativa para Impostos	4,20	4,20
Restituição de Imposto	60.356,53	-
Outros não especificados	79.686,76	872,86
Juros Obtidos		
De Depósitos	35.471,17	218.036,26
Outros Rendimentos Similares	30.907,00	59.009,00
	1.916.795,62	1.540.846,12

## Seguro Capitalização

A Empresa constituiu em 2008 um Seguro que se traduz num investimento financeiro a 10 anos, com o objectivo de maximizar a sua rentabilidade financeira. Este investimento teve no ano corrente um rendimento financeiro de 30.907 Euros. Este Seguro vence juros de 3,5% ao ano. Adicionalmente o Seguro tem uma remuneração indexada à rentabilidade da própria Companhia de Seguros.

### 17.6 Outros Gastos e Perdas

	2016	2015
Impostos	24.305,81	34.117,67
Dividas Incobráveis	1.532.340,42	39.967,64
Descontos de Pronto Pagamento	-	-
Perdas em Inventários	22.451,01	16.998,21
Perdas em Alienação/Abates	1.122,96	59,50
Outros		
Correcções relativas a períodos anteriores	467.754,94	47.999,11
Donativos	216.000,00	53.000,00
Quotizações	72.293,56	79.988,00
Insuficiência de estimativa para impostos	63.597,25	63.172,98
Despesas não Documentadas	431.938,42	315.757,37
Multas e penalidades		
Multas não fiscais	909,75	320,24
Outros	355,23	118,36
Juros Suportados		
Juros mora e compensatórios	0,11	658,01
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Outras	4.997,01	11.751,30
Outros Gastos e Perdas		
Outros	26.772,50	40.484,42
	2.864.838,97	704.392,81

### 17.7 Gastos / Reversões de Depreciação e Amortização

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	:	2016	2015
Gastos de depreciação e de amortização			
Propriedades de Investimento		-	<u> </u>
Activos Fixos Tangíveis		747.844,07	749.505,13
		747.844,07	749.505,13

# 18. Acontecimentos após a data do Balanço

A data em que as Demonstrações Financeiras estão autorizadas para emissão foi 23 de Fevereiro de 2017.

Estas Demonstrações Financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração.

Não existem quaisquer acontecimentos entre a data do Balanço e a data de autorização para emissão que não estejam já registados ou divulgados nas presentes Demonstrações Financeiras.

### 19. Outras informações exigidas por Diplomas Legais

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os membros do Conselho de Administração da Sociedade, Eng. José António Leite Mendes Rodrigues e Dr. Nelson Nunes Rodrigues, são titulares indirectos e por via do n.º 2 do mesmo artigo, de 364.172,5 Acções cada, por via da Navivessel, Estudos e Projectos Navais, S.A. e da Navalset, Serviços Industriais e Navais, S.A..

Em relação ao Órgão de Fiscalização da Sociedade, informa-se que este não se encontra em qualquer das situações previstas no corpo deste Artigo.

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que na data do encerramento do Exercício, e segundo os registos da Sociedade, são titulares de 72,83 % e de 20,00 % do Capital Social da LISNAVE, respectivamente os seguintes Accionistas:

- NAVIVESSEL − ESTUDOS E PROJECTOS NAVAIS, S.A., S.A Titular de 728.349 Acções.
- ► THYSSENKRUPP INDUSTRIAL SOLUTIONS AG Titular de 200.000 Acções.

Nos termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo n.º 66 A do Código das sociedades Comerciais, informamos que não existem operações excluídas do Balanço.

Nos termos e para os efeitos do disposto do n.º 2 do artigo n.º 66 A do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os honorários totais facturados, pelo Revisor Oficial de Contas, no Exercício 2015 e 2016 foram de 25.200,00 Euros e 27.200,00 Euros, respectivamente.

Os cargos desempenhados pelos Administradores da LISNAVE, em outras Sociedades discriminam-se como segue:

Administradores	Empresas	Cargos Desempenhados
José António Leite Mendes Rodrigues	Navivessel, S.A.	Administrador
	Navalset, S.A.	Presidente C. Administração
	Lisnave Infraestruturas Navais, S.A.	Presidente C. Administração
	Lisnave Internacional, S.A.	Administrador
	LisnaveYards, Lda.	Gerente
Nelson Nunes Rodrigues	Navivessel, S.A.	Administrador
	Navalset, S.A.	Administrador
	Lisnave Infraestruturas Navais, S.A.	Administrador
	Lisnave Internacional, S.A.	Presidente C. Administração
	Repropel, Lda	Gerente
	LisnaveYards, Lda.	Gerente
Aloísio Fernando Macedo da Fonseca	Metrocom, S.A.	Director-Geral
João Rui Carvalho dos Santos	Navivessel, S.A.	Administrador
	Lisnave Internacional, S.A.	Administrador
	Dakarnave, S.A.	Administrador
	NavalRocha, S.A.	Administrador
	Gaslimpo, S.A.	Administrador
	Associação das Indústrias Navais	Vice-Presidente Direcção
	Fename – Fed. Nacional do Metal	Presidente Conselho Fiscal
	LisnaveYards, Lda.	Gerente
Manuel Serpa Leitão	Navivessel, S.A.	Presidente Mesa A. Geral
	Lisnave Infraestruturas Navais, S.A.	Administrador-Delegado
	Gaslimpo, S.A.	Presidente C. Administração
	Tecor, S.A.	Presidente Mesa A. Geral
	Rebocalis, Lda.	Presidente
	Lisnave Internacional, S.A.	Administrador

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

#### Exercício de 2016

Senhores Accionistas,

- 1. No cumprimento das disposições legais e do contrato de sociedade, o Conselho Fiscal da «LISNAVE ESTALEIROS NAVAIS, S.A.», no exercício das suas competências, após ter procedido à análise do Balanço, da Demonstração dos Resultados por Naturezas, da Demonstração das Alterações no Capital Próprio, da Demonstração dos Fluxos de Caixa, do Anexo e dos demais elementos de prestação de contas preparados pelo Conselho de Administração, que acompanhavam o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício de 2016, vem apresentar o seu Relatório e Parecer sobre esses mesmos elementos de prestação de contas.
- 2. O Conselho Fiscal acompanhou ao longo do exercício, com a periodicidade conveniente, a actividade da LISNAVE, através da análise da documentação produzida, dos contactos com os Serviços, dos elementos de trabalho disponibilizados pelos auditores externos e das reuniões de informação que regularmente manteve com o Conselho de Administração. Procedeu à verificação e análise da informação contabilística, com a consulta dos seus documentos de suporte e dos correspondentes registos. Verificou, em particular, as operações contabilísticas referentes ao apuramento dos resultados do exercício.
- **3.** É sua convicção que os procedimentos técnicos seguidos, que conduziram à elaboração das demonstrações financeiras apresentadas, e tendo em conta, em particular, as explicitações que se incluem no Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, complementadas com o exposto no relatório de gestão elaborado pelo Conselho de Administração, reflectem os valores evidenciados nos documentos que lhes servem de suporte, e, no seu conjunto, expressam, em termos financeiros e económicos, uma correcta avaliação do património e dos resultados de acordo com as orientações constantes do SNC Sistema de Normalização Contabilística.
- **4.** Em documento separado o vogal Revisor Oficial de Contas procedeu à elaboração da Certificação Legal das Contas, Parecer que merece a concordância do Conselho Fiscal e deve ser tomado como parte integrante deste Relatório.
- **5.** O Conselho de Administração no Relatório de Gestão que elaborou explicita a forma como se processou a actividade no exercício de 2016, desenvolvida num contexto caracterizado por (i) difícil situação de mercado dependente dos efeitos no sector da reparação naval da crise de crescimento da economia mundial, (ii) do continuado desequilíbrio entre a oferta e a procura no mercado do transporte marítimo e seus consequentes efeitos nas taxas de frete, (iii) da redução do número de consultas e do baixo índice de sucesso comercial e (iv) na perspectiva da rentabilidade para os armadores, da continuada baixa do valor das taxas de frete médios dos navios transportadores de graneis sólidos e da frota de petroleiros.
- **6.** A actividade da Lisnave no exercício que continua a ser exercida em condições de mercado condicionada pelos efeitos da crise da economia internacional que, desde 2009, tem vindo a afectar o mercado da reparação naval atingiu, não obstante, um nível de desempenho globalmente positivo, expresso por:
- ▶ nível de trabalho médio obtido para os 67 navios reparados, que registou variações diferentes: forte aumento no segmento das grandes reparações e redução nas reparações de rotina;

- ▶ as 71 encomendas geradas no exercício (menos cerca de 28% que em 2015) traduziram-se numa redução da relação consultas/encomendas/taxa de sucesso de 21% para 17%;
- ▶ manutenção da posição de destaque da Lisnave no mercado da Reparação Naval a nível mundial e da sua vocação essencialmente exportadora, traduzida em vendas para o mercado externo de 99,9 milhões de euros, menos 1,4 milhões de euros que em 2015;
- resultado líquido positivo de 6.715 milhares de euros.
- 7. Relativamente aos valores expressos nas demonstrações financeiras do exercício devem salientar-se os seguintes indicadores:
- ▶ o volume global das Vendas e Serviços prestados, de 102,1 milhões de euros, inferiores em cerca de 11% ao registado em 2015;
- ▶ o peso dos Gastos com o pessoal da ordem de 12,4 milhões de euros, representando 13,1% do total dos Gastos de exploração;
- ▶ o valor alcançado pelos Resultados Operacionais, da ordem de 9,4 milhões de euros, representando 9% do total dos Rendimentos de Exploração;
- ▶ o "cash-flow" gerado no exercício de 10,9 milhões de euros;
- ▶ a evolução negativa dos indicadores de gestão, económicos e financeiros comparativamente ao registado no exercício anterior continuando a traduzir uma forte sustentabilidade económica.
- **8.** Face ao exposto, e como consequência das acções desenvolvidas no decorrer do exercício, o Conselho Fiscal, no exercício das suas competências, agradecendo a colaboração prestada pelos trabalhadores da empresa com quem teve necessidade de contactar e ao Conselho de Administração, a sua colaboração e disponibilidade, assim como as referências constantes do seu Relatório, e tendo também presente as moderadas expectativas de estabilidade quanto à evolução da actividade da Lisnave para o ano de 2017, vem conclusão, emitir o seguinte

#### PARECER

- A) Que o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício sejam aprovados;
- **B)** Que seja aprovada a proposta de aplicação do Resultado Líquido do exercício, de 6.714.836,50 euros, apresentada pelo Conselho de Administração

Lisboa, 23 de Fevereiro de 2017

#### O Conselho Fiscal

#### **Presidente**

Francisco José da Silva

#### **Vogal**

Maria Isabel Louro Caria Alcobia

#### Vogal

RSM & ASSOCIADOS – Sroc, Lda., representada por Joaquim Patrício da Silva (Roc nº 320)

# **CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

### Relatório sobre a auditoria das demonstrações financeiras

### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de LISNAVE — ESTALEIROS NAVAIS, S.A., que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2016 (que evidencia um total de 75.116.369,42 euros e um total de capital próprio de 35.498.703,51 euros, incluindo um resultado líquido de 6.714.836,50 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira de LISNAVE — ESTALEIROS NAVAIS, S.A., em 31 de Dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adoptadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes de LISNAVE — ESTALEIROS NAVAIS, S.A. nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

### Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa de LISNAVE ESTALEIROS NAVAIS, S.A. de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adoptadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- ▶ elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;

- ▶ adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade de LISNAVE ESTALEIROS NAVAIS, S.A. de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira de Lisnave – Estaleiros Navais, S.A.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno de LISNAVE ESTALEIROS NAVAIS, S.A.:
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade de LISNAVE ESTALEIROS NAVAIS, S.A., para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a LISNAVE ESTALEIROS NAVAIS, S.A. descontinue as suas actividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

▶ comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

### Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

#### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a LISNAVE – ESTALEIROS NAVAIS, S.A., não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 23 de Fevereiro de 2017

RSM & ASSOCIADOS – SROC, LDA Representado por Joaquim Patrício da Silva (Roc nº 320) LISNAVE | RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2016

# **DELEGAÇÕES E REPRESENTAÇÕES**

**Brasil** 

Quilha Engenharia Naval e Representações

Rio de Janeiro

Tel.: + 55 21 253 9 3023 Fax: + 55 21 228 6 6874

Rússia/Ucrânia/Georgia/ Azerbeijão/Estónia/ Lituânia/Letónia

ZAO Ibérica

Moscow

Tel.: +7 916 555 21 20 Fax: +7 499 500 80 33

Espanha

Medco Shipbrokers, S.L.

Madrid

Tel.: + 34 91 431 52 35 Fax: + 34 91 575 05 00

Canadá

Wisepool Enterprises Ltd

(Transma Agents)

Vancouver

Tel.: + 1 604 272 18 73 Fax: + 1 604 272 18 43 Chipre

WSR - Services, Ltd.

Limassol

Tel.: + 357 25 34 44 18 Fax: + 357 25 34 44 19

Alemanha

**Zoepffel & Shneider GMBH** 

Hamburg

Tel.: + 49 40 879785-0 Fax: + 49 40 879785-20

Grécia

Resolute Maritime Service Inc.

Athens

Tel.: + 30 211 182 90 00 Fax: + 30 211 182 90 02

Hong-Kong/República da China/Taiwan/Macau/ Filipinas

Transma Limited

Wanchai

Tel.: + 852 28 611 623 Fax: + 852 28 613 901 Índia

**Nautilus International** 

Mumbai

Tel.: + 91 22 2284 0878 Fax: + 91 22 2202 0452

Itália/Mónaco/Suíça

Cambiaso & Risso Sevive SAM

Monaco

Tel.: + 377 9880 1360 Fax: + 377 9798 7848

Noruega

Ulrik Qvale & Parteners

Oslo

Tel.: + 47 22 52 16 16 Fax: + 47 22 51 16 08

Arábia Saudita

The Reda Establishement

Alkhobar

Tel.: +966 3 889 04 46 Fax: +966 3 889 04 47

Singapura/Malásia/ Tâilandia/Indonésia

C.C. Ship Repair & Services
Pte Ltd.

Singapore

Tel.: + 65 633 866 67 Fax: + 65 633 810 11 Holanda/Belgica/ Luxemburgo

Esma Marine Agencies BV

Amsterdam

Tel.: + 31 20 31 21 350 Fax: + 31 20 696 69 00

Emiratos Arábes Unidos

Caribbean Trading Co LLC

Sharjah

Tel.: + 97 16 533 6334 Fax: + 97 16 533 6553

Reino Unido/Irlanda

**Calvey Marine Limited** 

West Sussex

Tel.: + 44 903 748860 Fax: + 44 903 743390

E.U.A. / Canadá

East Coast Marine
Alliance LLC

Norwalk

Tel.: + 1 203 86 64 11 0 Fax: + 1 203 86 64 16 1